

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO



NÚMERO 32
JULHO 2009
R\$ 15,00



Brasil plural

EMPRESAS: lugar propício para cultivar a diversidade e combater o preconceito

WEB: onde as minorias se fortalecem e ganham o espaço negado em outras esferas

GAYS: o segmento que falta na conquista de direitos iguais

ENTREVISTA: um novo movimento para quebrar o monolito político nacional

Meu filho
me inscreveu
sem eu saber.
Foi a maior
surpresa.

Foi o PRIMEIRO PRÊMIO DA
MINHA VIDA. EU, QUE JÁ TINHA
MAIS DE 80 ANOS. ME SENTI
MUITO FELIZ!

Eu não acreditei
quando me ligaram
e disseram que eu
tinha ganhado.

Foi muito bom
ver alguém
valorizando
meu talento.
Sou um escritor!

11º Concurso
Talentos
da MATURIDADE
Inscrições abertas

A história do Sandoval com o concurso é bonita como a da Suzana, que é emocionante como a da Tereza, que é alegre como a do Domenico.

Participe ou incentive
alguém a participar!

Com a união do Banco Real e do Santander, o Talentos da Maturidade ficou ainda melhor: são mais de 3.500 pontos de atendimento para você se inscrever.

Categorias para quem
tem mais de 60 anos:

- ✓ Música Vocal
- ✓ Literatura
- ✓ Artes Plásticas

Categoria livre:

- ✓ Programas Exemplares

Você não precisa ser profissional. Inscreva-se até 14 de setembro em qualquer agência do Santander ou do Banco Real ou ligue para **0800 12 00 77**. E este ano você pode se inscrever também pelo site: www.talentosdamaturidade.com.br

 **Grupo Santander Brasil**

Valorizando ideias por um mundo melhor.

 **BANCO REAL**
GRUPO SANTANDER

 **Santander**

Sandoval Alecrim, vencedor
da Categoria Música Vocal
em 2006

Suzana Medeiros,
vencedora da Categoria
Programas Exemplares em 2005

Tereza Ana dos Santos,
vencedora da Categoria
Artes Plásticas em 2001

Domenico Canonico,
vencedor da Categoria
Literatura em 2008

Viva a diferença

Toda revolução, ou tentativa de revolução, busca um rosto que personalize o movimento. Um rosto capaz de sensibilizar as pessoas, de correr o mundo e de fortalecer sua identidade em torno de uma expressão, aquela que só os olhos podem dar. Assim Neda Agha Soltan, monta em junho durante os protestos da população iraniana contra os resultados de sua eleição presidencial, expressão a indignação da minoria esmagada pela milícia Basiji pró Mahmoud Ahmadinejad. Sobretudo da minoria jovem, da minoria mulheres, da minoria que sonha em quebrar o monopólio teocrático por meio dos democratizantes canais de comunicação – celulares, blogs, twitters, videocasts –, ainda que em uma internet restrita e vigiada.

Qualquer paralelo com a realidade brasileira seria exagerado, país democrático que somos. Um olhar mais atento, entretanto, revela que a nação da biodiversidade, da miscigenação, aquela que acolhe os imigrantes, que produz uma cultura tão colorida e diversificada encobre outra realidade. A realidade do preconceito generalizado, da intolerância com a diferença, da economia calcada em monoculturas, do monólito político formado por grupos e grupos que rechaçam a diversidade de pensamentos e opiniões e levam a população à apatia e à descrença em relação à política.

Nesta edição, mostramos, contudo, os feixes de luz que saem dos olhos de movimentos sociais, das manifestações espontâneas, das redes reais que se formam e se fortalecem por meio da tecnologia da informação. O ambiente corporativo também descobre aos poucos o bom negócio da diversidade. As minorias estão crescentemente atentas a seus direitos civis. O mundo, a cada dia mais interconectado, mimetiza a teia ecossistêmica da natureza. Quanto mais complexa e diversa a rede, mais forte e indestrutível ela será. ■

Boa leitura



ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Lima Reury



COORDENADOR Mario Mancini
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Silberman
JORNALISTAS FUNDADORES Amália Sahrle e Flávia Perini
EDITORA Amália Sahrle
REPORTER Carolina Derini

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Estória!
Dora Dias (Mantenedora de Arte)
Marcela Amaral e Mariana Malveira (Diagramadoras)
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
ILUSTRADOR José Vicente da Velga
REVISOR José Genivalina Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Guntens
RELAÇÕES PÚBLICAS Jaqueline Saravago
COLABORAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Ángelo, Daniela Gomes Pires, Fernando Gardinali, Flávia Perini, José Alberto Gonçalves, Marcelo Trad, Nicola e El-Moaz, Tarek Ghali, Xico Sá
ENXAMBRO FOTOGRAFICO Pedro Afonso
JORNALISTA RESPONSÁVEL Amália Sahrle (MTB 22.790)
MARKETING E PUBLICIDADE
SÃO PAULO: Fernando Leuchner (11) 8825-5455 e Marica Carbone (11) 8105-1232
RIO: Ricardo Lurgantini (21) 8257-2923
BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3225-8285
MINAS GERAIS: Álvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3253-2054
PORTO ALEGRE: Roberto Ganoni (51) 3399-7752
MORTFONG: Luciano Moura (83) 3466-1208

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Ita, 522 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP
(11) 3256-0754 / redacao@pagina22.com.br
www.pagina22.com.br

IMPRESSÃO Postgraf
DISTRIBUIÇÃO Deora Deora Logística e Distribuição

CONSELHO EDITORIAL
Aren Bellamy, Cynthia Rosenberg, José Carlos Barberi,
José Gil da Velga, Mario Mancini, Pedro Roberto Jacobi,
Ricardo Guimarães, Roberto Mueck, Tarcila Reis Ursini

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinados expressam a opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista das organizações parceiras e da FGV.

É necessária a autorização das editoras, por escrito, para reprodução do todo ou parte de conteúdos desta publicação.

TIPOGRAFIA DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares



Fontes Mistas
Grupo de produtos provenientes de florestas bem manejadas e fontes controladas.
www.fsc.org Cert. no. COC-08387
© 1996 Forest Stewardship Council

A REVISTA PÁGINA 22 POSSUI FERRAMENTAS PARA CORTAR FOLHAS, PROCEDIMENTO DE REFORTEMENTOS CERTIFICADOS PELA FSC DE ACORDO COM OS REQUISITOS PADRÃO DE CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO



Notas **6**

Entrevista **10**

Entrevista **16**

Empresas **20**

Coluna **27**

Tecnologia **28**

Crônica **33**

Retrato **34**

LGBT **40**

Especial Clima **46**

Última **50**



Notas **6**

Entrevista **10**

Entrevista **16**

Empresas **20**

Coluna **27**

Tecnologia **28**

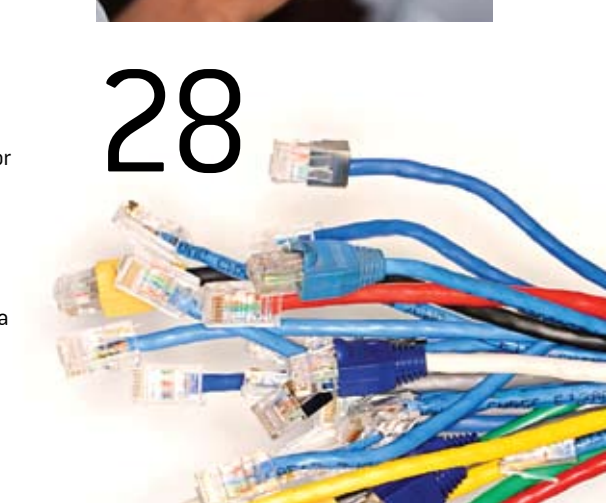
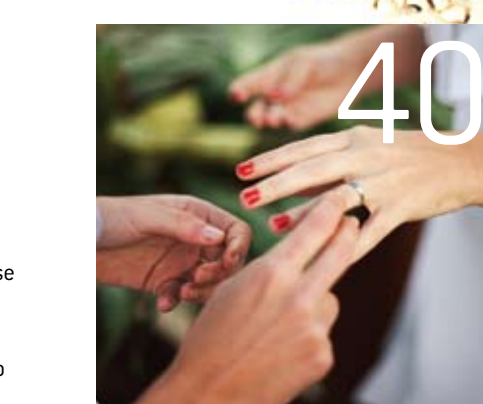
Crônica **33**

Retrato **34**

LGBT **40**

Especial Clima **46**

Última **50**



A jornalista e consultora Maristela Bernardo dissecou o desmonte ambiental do País e vê saídas em um novo movimento político

As lições ambientais que o Brasil tem a dar provêm da sociedade, diz especialista

O mundo corporativo surge como lugar propício para cultivar a diversidade e combater o preconceito característico da cultura brasileira

Na internet, as minorias encontram o espaço, negado em outras esferas, para se fortalecer e alcançar objetivos

O jornalista Xico Sá discorre sobre o medo do homem diante da narrativa feminina

A luta por direitos civis em uniões homoafetivas segue a trilha percorrida por mulheres e negros no século XX

Eventos extremos despertam o Brasil, sobretudo a área científica, para a inevitável questão da adaptação climática

[POLÍTICA]

Piratas no Parlamento

Após a eleição de 12 de junho e com a imprensa silenciada, os iranianos usaram a rede mundial de computadores para disseminar imagens e informações sobre os protestos contra os resultados do pleito. Ao longo do mês, passada a euforia com as possibilidades criadas pelas redes sociais, a blogosfera foi povoada pelo debate sobre quanto do que se viu na *web* reflete a visão da maioria do povo iraniano. Mas poucos discutem a importância da internet para a livre circulação de ideias. Muito menos o Partido Pirata sueco, fundado em 2006 com a plataforma de defender os direitos digitais, e que abocanhou um assento no **Parlamento Europeu** em eleições no início de junho.

Com orçamento de US\$ 50 mil, os piratas fizeram campanha exclusivamente na rede – ignorando a mídia impressa e televisionada, preferida dos demais candidatos –, defendendo o direito dos cidadãos de expressar opiniões anonimamente na internet e o fim das patentes. Obtiveram 7,1% dos votos dos suecos. Com 50 mil membros – a maioria jovens com menos de 30 anos –, o Partido

Pirata é hoje o terceiro maior partido da Suécia e inspira a criação de agremiações semelhantes ao redor do mundo.

O amplo acesso a conexões de banda larga faz da Suécia o paraíso do compartilhamento de arquivos e, há alguns anos, uma verdadeira batalha é travada entre as indústrias fonográfica e cinematográfica e os piratas. Em abril, uma decisão da Justiça sueca de condenar os operadores do *Pirate Bay*, um site de compartilhamento de arquivos, fez multiplicar as adesões ao Partido Pirata. Vistos como criminosos pelos defensores do *copyright*, os piratas se descrevem como ativistas em defesa das liberdades civis. – *por Flavia Pardini*

[MERCADO DE TRABALHO I]

Carbono masculino

Postos de trabalho relacionados a questões climáticas estão em crescimento e quem exerce tais funções sente segurança no emprego, apesar da crise econômica global, mas o novo nicho perpetua a discriminação de gênero que domina o mercado de trabalho em geral. A primeira *Carbon*

Salary Survey, realizada pelas consultorias Acona e Acre Resources e pela agência de informações Thomson Reuters, detectou não só forte dominância masculina nos mercados ligados a mudança climática e comércio de emissões – 75% das 1.157 pessoas que responderam à pesquisa são homens –, como discrepância nos rendimentos. As mulheres recebem, em média, 23% a menos do que os homens.

Feita globalmente, a pesquisa centrou-se nas áreas de energia renovável; tecnologia limpa e eficiência energética; finanças do carbono; regulação, legislação ou políticas de mudança climática, negociação de emissões sob Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Implementação Conjunta; mercado de compensações voluntárias; e ciência da mudança climática. Com rendimento médio anual de US\$ 76 mil, os empregados nesses campos disseram-se satisfeitos e 68% afirmaram que, apesar da crise econômica, a segurança no trabalho continua a mesma ou aumentou nos últimos 12 meses. A América Latina – onde estão 4% dos respondentes – apresentou altos níveis de satisfação (82%) e segurança no trabalho (41%). No geral, 93% dos entrevistados disseram que recomendariam a outras pessoas uma carreira em áreas relacionadas à mudança climática. *[FP]*

[MERCADO DE TRABALHO II]

O nome da desigualdade

Imigrantes que vivem nas principais cidades australianas podem aumentar as chances de conseguir um emprego dependendo do nome que apresentam em seu *curriculum vitae* (CV). Foi o que descobriram os pesquisadores Alison Booth e Andrew Leigh, da Australian National University (ANU), ao enviar mais de 4 mil CVs falsos em resposta a ofertas de emprego em Sydney, Melbourne e Brisbane. Para obter o mesmo número de entrevistas de emprego do que alguém

com um nome anglo-saxão, pretendentes com nomes chineses precisam submeter 68% mais CVs; aqueles com nomes provenientes do Oriente Médio, 64% mais; os com nomes aborígenes, 35% mais; e os com nome de origem italiana, 12% mais.

Hoje um país multicultural – 24% da população residente nasceu em outros países –, a Austrália manteve uma política de imigração apenas para brancos de 1901 a 1973 e ainda busca superar os efeitos das estratégias usadas para a população aborígenes, entre elas a de separar crianças de seus pais. Alguns destes efeitos podem ser vistos no filme *Samson and Delilah*, do diretor aborígene Warwick Thornton, vencedor da Camera D'Or no festival de Cannes este ano. Nativos do continente australiano, os aborígenes hoje perfazem 2,6% da população. *[FP]*

[MERCADO DE TRABALHO III]

Plumas e preconceito

É possível que nenhum segmento da sociedade seja tão estigmatizado e excluído dos ambientes profissional e acadêmico quanto as travestis e os transexuais. Por força da discriminação, muitas dessas pessoas nem sequer completam o ciclo básico de educação e têm na **prostituição** uma das únicas alternativas de sobrevivência.

Durante debate realizado no mês do Orgulho LGBT, em São Paulo, a travesti e militante do Grupo Identidade, Janaína Lima, apresentou os resultados de um levantamento informal realizado por ela na cidade de Campinas (SP). “Quem não está no mercado do sexo trabalha ou no ramo da estética, como salões de beleza, ou em telemarketing, porque assim não mostram o rosto. É só uma voz que atende o público.”

Diante dessa realidade, o Ministério do Trabalho e Emprego deverá iniciar, até o final deste ano, um plano voltado para a qualificação profissional de travestis e transexuais. Cursos financiados pelo



governo representariam maiores chances de inserção no mercado formal.

A novidade foi apresentada por Eduardo Santarelo, coordenador do programa Brasil Sem Homofobia, do governo federal, durante o I Seminário de Políticas Públicas de Trabalho, Oportunidades e Previdência para Travestis e Transexuais, realizado em Brasília, no início de junho. – *por Carolina Derivi, com informações da Agência Envolverde*

[MUDANÇAS CLIMÁTICAS I]

Clima na esquina

A partir de agora, vai ser difícil para os concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. Um medidor de 20 metros foi instalado pelo Deutsche Bank Asset Management (DeAm) na esquina da Rua 33 com a Sétima Avenida.

O Contador de Emissões, como

batizado pelo DeAm, foi desenvolvido por cientistas do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e apresenta um balanço em tempo real com base em dados fornecidos por dezenas de medidores espalhados pelo mundo. Na estreia, em 18 de junho, o painel gigante apresentava a marca de 3,64 trilhões de toneladas métricas de 22 diferentes tipos de gases de efeito estufa, à exceção do ozônio e dos aerossóis.

Segundo o MIT, a tendência de crescimento é de 2 bilhões de toneladas por mês. “Os gases do efeito estufa são invisíveis, por isso é fácil esquecer a velocidade com a qual essa concentração vem aumentando”, diz Kevin Parker, chefe mundial do banco. “O desafio de controlar as emissões globais é imenso e espero que a exposição dessas informações bem à vista do público incentive tanto os governos quanto o mercado a se adaptarem rapidamente a uma economia de baixa emissão.”

O número do Contador de Emissões também está disponível 24 horas no site www.know-the-number.com. *[CD]*



[MUDANÇAS CLIMÁTICAS II]

Possibilidades brasileiras

Seis meses da Conferência das Partes da Convenção do Clima, em Copenhague, na Dinamarca, cresce a pressão das ONGs ambientalistas para que o Brasil assumira postura mais consistente de enfrentamento do problema, tanto no ambiente doméstico, como nas negociações internacionais.

Em encontro realizado no dia 24 de junho, na Câmara dos Deputados, em Brasília, as entidades do Observatório do Clima (OC) interpelaram deputados e negociadores oficiais sobre o tema. Uma das principais recomendações do OC é que o Brasil aprove a Política Nacional de Mudanças Climáticas, em tramitação.

Há mais de um projeto sob análise no Congresso Nacional. Para o OC, é fundamental que o marco regulatório contenha metas obrigatórias de redução das emissões de gases de efeito estufa,

EM FOCO

Segundo informações da Global Reporting Initiative (GRI), o volume de relatórios de sustentabilidade produzidos pelas empresas brasileiras de acordo com o modelo quadruplicou entre 2007 e 2009. A marca de 120 publicações é o maior crescimento registrado entre os Brics (quatro principais países emergentes: Brasil, Índia, China e Rússia).

diferenciadas por todos os setores e atividades econômicas. Além disso, as ONGs pedem um maior detalhamento do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, incluindo recursos financeiros, divisão de responsabilidade e prazos para o cumprimento de metas.

Uma das principais preocupações das entidades são as contradições internas, como a crescente carbonização da matriz elétrica nacional e as propostas que visam flexibilizar a legislação ambiental. "O que vemos são sinais trocados" diz em *press release* Fernanda Carvalho, da The Nature Conservancy.

Um manifesto foi entregue a representantes dos ministérios de Meio Ambiente, Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia. Para conhecer o conteúdo das propostas na íntegra, acesse: www.oc.org.br. [CD]

[COLETIVO ARTÍSTICO]

PÁGINA22, livros e encomendas

Joana Mao leu a revista PÁGINA22 de junho, por meio da qual conheceu o coletivo Dulcinéia Catadora, tema da seção *Última* na edição 30. O resultado foi uma encomenda de 382 livros de literatura latino-americana com capa de papelão pintada à mão e mais 11 cartazes feitos pelo coletivo, que reúne filhos de catadores de papelão e artistas plásticos. Os livros foram distribuídos a funcionários da empresa Sara Lee, onde trabalha Joana, no Dia do Meio Ambiente. Os painéis de papelão ocuparam refeitório e salas onde foram ministradas oficinas de papel reciclado. — por Ana Cristina D'Angelo

FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê PÁGINA22*



O trabalho da cientista social Nereide Barioni Mazzucchelli é desatar os nós socioambientais que tantas vezes são chamados de "entraves" para o desenvolvimento do País. Sócia-diretora da Territória Desenvolvimento Global, Nereide presta consultoria a empresas, governos e organizações da sociedade civil geralmente em busca daquilo

que ela considera artigo raro e embrionário: o diálogo.

"Normalmente, as empresas têm uma preparação mecânica para o diálogo, têm um roteiro ligado às exigências legais. Dialogar é mais do que isso: é a empresa compreender o momento da sociedade, e a sociedade compreender o momento da empresa", explica.

Embora seja crescente o número de consultorias especializadas em meio ambiente, segundo Nereide são poucas as que apresentam um escopo maior, voltado para o desenvolvimento local. Um dos motivos, diz ela, é o formato restritivo dos licenciamentos ambientais: "Não temos ainda procedimentos e roteiros para uma 'licença social'. O social ainda vai muito a reboque do ambiental."

Para a consultora, a diversidade de linguagens para atender aos diferentes *stakeholders*, além de um processo amplo de comunicação anterior às audiências públicas obrigatórias, são pontos-chave para um bom relacionamento entre empresas e comunidades.

Recentemente, a Territória foi contratada por um grande cliente para acompanhar um projeto ainda em fase de estudos de viabilidade econômica. Isso significa considerar implicações sociais e ambientais logo de partida, fato raro na cultura empresarial brasileira. "Em 20 anos de carreira, é a primeira vez que isso ocorre. Espero que vire um *case* de sucesso", diz a consultora.

SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR DESTA SEÇÃO, ESCREVA PARA REDACAO@PAGINA22.COM.BR E CONTE UM POUCO SOBRE VOCÊ E SEUS PROJETOS. PARA SE COMUNICAR COM NEREIDE MAZZUCHELLI, ESCREVA PARA NEREIDE@TERRITORIA.COM.BR

Qual é a sua escolha?

Chegou a hora da sustentabilidade sair do papel

CDM Publicidade



Sustentabilidade na prática: inovação, educação e oportunidades de negócios

Estamos vivendo um momento de transição e nossas escolhas são determinantes para o planeta. **Ousar, inovar e avançar além dos discursos é a única maneira de caminhar em direção às soluções.**

Qual é o seu papel nessa transformação?

Participe deste encontro entre governo, empresas, ONGs e cidadãos interessados em encontrar soluções combinadas que resultem na transição para uma economia verde.

inscrições no site: www.sustentavel2009.org.br



Sustentável 2009

3º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável

de 4 a 6 de agosto de 2009

Teatro TUCA - PUC - Rua Monte Alegre, 1.024
Perdizes - São Paulo

Realização:



CEBDS

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável



World Business Council for Sustainable Development

Como trincar o monolito político

Mais que desconstituir a legislação ambiental, o setor ruralista – com apoio do governo e de forças político-partidárias no Congresso – põe a perder toda uma cultura política muito interessante, a de negociar, articular e trabalhar a diversidade de interesses. A avaliação é de Maristela Bernardo, jornalista com especialização em Sociologia, voltada para a área de meio ambiente. Foi nesse modelo de negociação, com muita conversa em meio às divergências, que o arcabouço ambiental brasileiro se formou. Para ela, o que se está tentando fazer agora chama atenção porque não tem nada disso. E a grande razão é a eleição de 2010. Com experiência de 25 anos em Brasília, atuando como consultora do Senado, como assessora de Marina Silva ou como consultora independente, Maristela explica por que foi e é impossível exercer uma política ambiental de fato no Brasil. Mas vê alguma luz em movimentos políticos espontâneos que se organizam em torno da causa da sustentabilidade, talvez capazes de envolver a sociedade na discussão de um projeto de País e de desconstruir um pouco daquilo em que se transformou o poder político no Brasil: um monolito impressionante de grupos, caciques e feudos.



O que pode explicar, a seu ver, a conduta e o posicionamento do governo Lula em relação à sustentabilidade? Falta compreensão do tema? Falta uma visão estratégica? Em primeiro lugar, tem um papel fundamental a figura do próprio Lula, suas origens, suas convicções. No discurso estudado, ele até mostra aparente compreensão do papel do meio ambiente, mas, nas posições reveladas espontaneamente, aparece uma postura muito conservadora, sob todos os aspectos. Do ponto de vista social, vem de um ideário que nem sei se poderia chamar de esquerda – acho que ele nunca foi essencialmente de esquerda, e, sim, uma pessoa que tem a ideologia do movimento sindical. Então, como um sindicalista, sua adesão é a uma teoria do desenvolvimento que hoje consideramos bastante ultrapassada, tal qual compreendida nos séculos XIX e XX, a teoria do crescimento mesmo. Isso não prejudica o fato de que ele tenha preocupação social, mas também esta é limitada, porque é linear, só vê um lado da justiça social. Para ele, justiça social é dar aos pobres a possibilidade de ascender aos padrões de classe média, é ter todo o arsenal de consumo que a classe média tem. Uma entrevista que ele deu à *Veja*, vários anos atrás, me chamou a atenção a esse aspecto. Foi questionado por que ele estava se vestindo bem, acho que estava com um terno Giorgio Armani, e ele respondeu que seu sonho era que todo operário pudesse ter um Giorgio Armani. Alguma coisa está profundamente errada aí. Por que o sonho do operário deveria ser este? Que significado tem isso, a não ser uma ideologia da justiça social como ascensão à classe média, do *ter* mais bens? Não envolve questões relacionadas à sensibilidade, à felicidade, nada mais complexo. Recentemente, no Dia do Meio Ambiente, ele voltou com um discurso muito antigo diante do conjunto de elementos que a gente precisa considerar quando fala em desenvolvimento, em relações globais, em mudanças climáticas. Ele volta com o discurso de que “se os ricos destruíram todas as suas florestas, por que agora querem que a gente preserve as nossas, para que eles possam respirar?” Ele não chega a pensar que, se a progressão do aquecimento global continua, quem sofrerá os maiores problemas são os pobres, são os países pobres (*mais sobre clima à pág. 46*). Então, uma primeira dificuldade é essa dicotomia entre a grande ascendência do Lula sobre a população, como os níveis de aprovação mostram, e a figura carismática conservadora, que não alcança a dimensão ambiental. Em segundo lugar, por exemplo, a Marina Silva, que agora está fazendo muitas críticas, sempre procura preservar a figura do presidente.

Por uma questão partidária? Talvez até de convivência, de memória histórica da relação entre eles, porque acha que o Lula tem um papel importante na questão social, até porque, se ela o atacasse, seria problemático, inclusive do ponto de vista

“A adesão de Lula é a uma teoria de desenvolvimento compreendida nos séculos XIX e XX. E para ele, justiça social é ter mais bens”

afetivo. Então ela tenta preservá-lo. Eu já penso o contrário: que o conjunto de pessoas que estão na cabeça do governo comunga dessa postura limitadíssima de compreensão do desenvolvimento nesse cenário global. Quando a Marina estava no governo, a figura central desse embate era a Dilma (*Rousseff*). A cabeça do governo não faz emanar algo diferente dessa postura conservadora. Então aí aparece um terceiro elemento dessa questão. Se a gente deixar de lado a política ambiental,

verá que o grande problema são as outras políticas, pois são traçadas de maneira que não têm como absorver organicamente a questão ambiental. Primeiro, porque são instruídas por uma visão de desenvolvimento que é de crescimento material. Segundo, porque estão distribuídas em um modelo de governabilidade que não tem lógica, que é o modelo da barganha política. Se você dá um ministério por meio de barganha, depois outro, e outro, não tem como criar uma ligação de políticas públicas entre eles, porque se transformam em feudos de poder. Assim, a lógica deles é muito mais partidária e eleitoral. Mas, como

para abordar o meio ambiente você precisa de um mínimo de lógica entre todas as políticas, não há como ultrapassar essa barreira. Há quase uma impossibilidade teórica.

Portanto, apesar dos avanços nos últimos anos, o Ministério do Meio Ambiente ainda é a ONG dentro do governo, que briga com os outros, que cria caso, que às vezes consegue uma concessão aqui e ali, mas não está incorporada no governo, é considerada uma excrescência, que dá trabalho, que provoca ruídos internacionais. Há uma “descostura”, e não vejo, a continuar esse padrão de compreensão do que seja um modelo de desenvolvimento, uma solução. Do período em que a Marina estava no governo até agora, na gestão do (*Carlos*) Minc, houve várias decisões de governo, vários decretos que se poderiam em tese considerar como avanço. Mas agora, com essa articulação dos ruralistas em torno de mudanças profundas na legislação ambiental, vê-se que esses avanços não têm base institucional no sistema de poder. Podem ter base na sociedade (*mais em Entrevista à pág. 16*). Nos últimos tempos, formadores de opinião e articulistas praticamente sem exceção têm manifestado extrema preocupação com o que está acontecendo na área ambiental. Mesmo os que nada têm a ver com a área ambiental estão dizendo: “É preciso tomar cuidado, porque a coisa está indo em um rumo muito perigoso”.

O exemplo de Barack Obama poderia influenciar de alguma forma a maneira de o atual governo enxergar o desenvolvimento sustentável? Isso vai depender de o Obama continuar tomando medidas de impacto real. Ele já disse com muita clareza e pertinência aonde quer chegar, e inclusive como o meio ambiente se coloca como saída para a crise. Isso está claro e, para mim, já é um

divisor de águas fundamental. Agora, aqui, no Brasil, tem um jogo de forças que até este momento desconsidera totalmente isso. Porque isso não repercute na população em geral, mas em uma certa camada que percebe e se sente inconformada com o fato de haver uma sinalização dessas dos EUA e não se conseguir jogar positivamente com ela. Aqui temos condições excepcionais que nenhum outro país tem, para fazer propostas que pudessem inclusive colocar em xeque o próprio Obama. O Brasil poderia propor a ele: “Vamos fazer juntos isso, vamos propor isso junto para a comunidade internacional”. Mas essa oportunidade é perdida, porque por aqui temos um jogo de forças que não percebe isso como oportunidade. Nessa mobilização por mudança da legislação ambiental, vê-se que não é percebido como oportunidade. São percebidas apenas as oportunidades que envolvem o curtíssimo prazo e os ganhos excepcionais de um setor muito reduzido da sociedade. Não são percebidas oportunidades de diversificar o jogo, de envolver mais setores. O que veem no Obama é só um discurso: “Não tem nada a ver com a gente, ele está fazendo a jogada dele lá, mas a nossa jogada aqui é outra”. Agora, se o Obama colocar na prática, assumir o comando, vai incomodar o próprio Lula, que tem pretensões de liderança na área internacional, assim como já está incomodado com a posição dos formadores de opinião no Brasil.

Ao mesmo tempo, é um jogo duplo perigoso, pois, em toda essa articulação no Congresso para mexer com a legislação ambiental, a ponta parece ser os ruralistas, mas a chave do processo é o governo. Porque, se o governo quisesse, ele mobilizaria suas forças no Congresso e nada disso estaria acontecendo. Ou está francamente tomando as iniciativas para fragilizar a legislação – por meio de medidas provisórias como a da grilagem (*MP 458*) e a de pavimentação de estradas sem licenciamento –, ou é força auxiliar. No momento em que o governo não faz nada para evitar, o fundamental não é centrar fogo nos ruralistas, e, sim, tentar desconstruir, mostrar as entranhas do papel do governo mesmo.

Esse desmonte ambiental parece algo crônico, mas recentemente teria ficado agudo em vista das eleições? Para se ter ideia da perda, a Lei nº 6.938 é de 1981. A partir daí, e com maior ênfase com a Constituição de 1988, temos quase 30 anos de articulação para se conseguir essa legislação ambiental. Participei de vários

desses momentos, são articulações complexas, demoradas, tem que chamar muitos setores, briga, briga, briga, aí se conseguem alguns consensos. Então, nessa legislação ambiental, talvez até mais que em outras, tem embutido também um modelo de negociação, um modelo de funcionamento institucional que envolve muita conversa. O que chama a atenção agora é que o que se está tentando fazer não tem nada disso. É um setor interessado em derrubar essa legislação dos últimos 30 anos com base unicamente na força político-partidária no Congresso e com apoio do governo. O setor ruralista, combinado com o governo, vai desconstituir não só a legislação ambiental, mas uma cultura política muito interessante, a de negociar, articular e trabalhar minimamente a diversidade de interesses. O motivo com certeza é a eleição. O setor ruralista está com esse grau de atrevimento, vamos dizer assim, porque está visualizando não só os possíveis benefícios financeiros com a derrubada dessas leis – porque isso seria do interesse de setores econômicos fortes, que jogariam muito dinheiro na eleição –, como a própria oportunidade de colocar o governo no canto da parede para negociar com ele, pois o governo está com a mesma perspectiva eleitoral. Em um dos seus últimos artigos, Marina revela que uma pessoa muito ligada aos ruralistas lhe disse: “Se você não gostou da lei de regularização fundiária, prepare-se, porque vai ficar pior, pois queremos liquidar a fatura até o final do ano”. A liquidação da fatura até o final do ano significa que tem a ver com a eleição de 2010.

Esse debate tem sido polarizado por figuras midiáticas, como Kátia Abreu e Carlos Minc. Mas, mesmo reduzido a isso, pode chamar a atenção dos formadores de opinião e enriquecer a discussão sobre desenvolvimento? Sim, talvez

essas figuras midiáticas colaborem de maneira negativa, mas deem uma certa visibilidade ao assunto e, com essa visibilidade, mais gente preste atenção e se posicione. Essa reação qualitativa, que são desses colunistas e todos os que estão se manifestando contra, certamente tem a ver com a visão de que não é possível colocar os interesses do País reduzidos a esse embate. Então, estão tentando trazer à tona tudo o que está em jogo. Mas vejo com muita restrição esse modelo de transformar as discussões em torno de algumas figuras. Quem está

na roda hoje? O Minc, a Kátia Abreu e a Marina, basicamente. Para mim, o Minc foi uma espécie de decepção. Por um lado, ele faz um discurso extremamente contundente, tem todo um palavreado que repete exaustivamente, contra os ruralistas, contra os depredadores do meio ambiente, tem umas palavras de ordem. Mas está tomando um baile tremendo. Algumas vezes ele tenta justificar medidas do governo, em outras, quando não tem jeito, toma uma atitude incompreensível: o que defendia ontem, hoje sai atacando. Essa inconstância fragiliza demais a

área ambiental. Não passa seriedade e mostra que não está sendo levado em conta dentro do governo. Aliás, já no tempo da Marina, é inconcebível que o PAC tenha sido desenhado sem chamar a área ambiental. Você faz um programa de enorme impacto, mexendo com a Amazônia inteira, com obras de infraestrutura, e não chama a área de meio ambiente para planejamento, faz à revelia. Não só não chama para planejar, como a desconsidera na hora de mitigar os efeitos. Acho que o Minc acaba ampliando essa caixa de ressonância negativa, porque tem uma personalidade muito contraditória. Se uma hora sai xingando Kátia Abreu e os ruralistas, e em seguida pede desculpas, quem sai bem na foto é a Kátia Abreu. Se essas personalidades tiveram um papel, foi o de chamar a atenção de que o problema é sério – há reação de ONGs, o Instituto Ethos vai fazer um protesto público (*fez ao final da Conferência Internacional do Ethos*) –, mas tem o efeito contrário de fragilizar demais a capacidade de negociação da área ambiental dentro do governo. Gostaria de acrescentar um comentário sobre o papel do Lula: a força política e carismática que ele tem no País redobra a sua responsabilidade, mas não que os anteriores não tivessem feito o mesmo jogo. Fernando Henrique (*Cardoso*), Itamar (*Franco*) e (*José*) Sarney sempre agiram na área ambiental movidos por pressão internacional. Nunca tivemos um estadista que pensasse à frente. Isso faz falta no Brasil, algo parecido com a eleição do Obama, que tem um mínimo de visão de processo. Os presidentes que tivemos, todos eles depois da ditadura, tiveram uma visão política do desenvolvimento, mas não uma visão do processo maior. Se não houver um entranhamento da questão ambiental, não se vai conseguir fazer política ambiental nunca. E nenhum deles teve esse tipo de postura.

O Estadão, em um editorial recente, aconselhou o ministro Minc a fazer o mesmo que a Marina (pedir demissão) para honrar a própria biografia. Na sua visão seria mesmo o melhor a fazer? Ou ele deveria continuar e tentar mudar algo? Ou está sem saída? Acho que ele está meio sem saída. E talvez o caminho de sair fosse ele criar um caso muito interessante. Porque, justamente no final da gestão Lula e às vésperas de uma eleição, o governo tem que se defrontar com a sua incoerência na área ambiental. Mas duvido que o Minc faça isso, porque a tentativa dele é de ficar. E ele está ficando, me parece, da pior maneira possível, está ficando como o *enfant terrible* que é perdoado de alguns excessos. Ou seja, está ficando sem força, que é capaz de tirar do Lula agrados paternalistas, mas não uma virada de mesa em relação ao que está acontecendo no Congresso, por exemplo. E, se não consegue essa virada de mesa, deveria sair, pois a saída dele criaria um fato político mais importante do que ficar nessa postura.

A senhora acha que a temática da sustentabilidade, ainda que não

da forma ideal, pode aparecer na próxima campanha eleitoral e permear algum discurso? Acho que vai aparecer, porque tem muita gente incomodada com esse processo eleitoral que não apresenta nada de novo. O Zé Eli (*José Eli da Veiga*) já fez um artigo sobre isso, dizendo que o (*José*) Serra e a Dilma serão rigorosamente iguais. Exatamente por não ter nenhuma novidade e haver grande desânimo em relação aos processos políticos, teria uma massa crítica no País para se manifestar em 2010 com propostas e discussões não voltadas para o candidato, mas, sim, para o País.

O que a senhora acha do movimento “Marina Silva Presidente” (marinasilvapresidente.ning.com). Como surgiu? Ela própria quer ser presidente?

Antes mesmo de ela sair do MMA, em conferências e palestras aonde ia, alguém gritava no final: “Marina presidente!” Depois que ela saiu do ministério e voltou ao Senado, essas pressões se intensificaram. Pessoas conversavam com ela, mostrando que seria a pessoa ideal para puxar um projeto político diferente de tudo que existe. Ela sempre viu isso com muita restrição, com a convicção de que não se tratava de ter um nome, mas uma articulação na sociedade para colocar isso na agenda política. Esse movimento é de gente muito jovem que já a vinha pressionando desde as conferências nacionais de meio ambiente. Minha interpretação é de que hoje a Marina é sensível a isso, mas vê enormes problemas. Um deles passa por uma opção político-partidária. Se a Marina se coloca para o PT, será massacrada, interferindo em um projeto monolítico, fechado. Se por acaso a Dilma não tiver condições de concorrer, a Marina não será a candidata dos sonhos, e, caso se coloque, será acusada de tudo, de dividir o partido, de provocar uma derrota, coisas do gênero. E, se sair do PT, a própria legislação eleitoral não permite a candidatura, ela perderia a condição de senadora, não seria viável. Mas esse horizonte de a Marina vir a ser candidata a presidente está na cabeça de muita gente, e ela começa a considerar que pode ser, sim, um caminho. Fora desse *site* do pessoal mais jovem, que está propondo o nome dela para presidente, nas conversas mais demoradas sobre o assunto a ideia não é lançar seu nome, e, sim, criar um movimento que talvez futuramente tenha na Marina, ou em outra pessoa, um candidato a presidente. Um movimento que mire, sim, o poder, mas que antes precisa se estruturar e dizer com clareza que poder está querendo. Que consiga colocar no projeto de país um modelo institucional com propostas para processos eleitorais diferentes e novos. Talvez um grande aglutinador de forças políticas seria não criar um partido novo, mas articular propostas para uma reforma política que não seja essa reforma cosmética que o Congresso sempre tem na agenda, mas que mexa com as estruturas, como quebrar o monopólio dos partidos sobre o poder. A Constituição obriga que, para se candidatar, é preciso pertencer a um partido. A gente

teria que permitir à sociedade apresentar candidatos avulsos. E outras coisas do gênero, que desconstituíssem um pouco o que se transformou o poder político no Brasil: um monolito impressionante, inexpugnável, de grupos, caciques e feudos.

Interessante que o “Marina Silva Presidente” é um movimento de jovens. Isso sinalizaria alguma tendência? Sim. Muita gente mais experiente não vê viabilidade nisso que apareceu pela internet agora, mas começa a achar aí um chamado para fazer algo mais consistente. Por isso, em 2010 deve haver uma movimentação nesse sentido da sustentabilidade política, que não vai ficar só em torno de questões socioambientais, mas mirar realmente o poder político.

Nesta edição, estamos abordando o valor da diversidade e o problema da intolerância com as minorias. Mas, quando a gente fala na classe política, haveria um excesso de tolerância por parte do brasileiro? Acho que não chega a ser tolerância, é um desânimo que leva a uma postura perigosa: “Ah, isso não vai mudar nunca”. É uma falta de autoestima política. Boa parte dos brasileiros acha que política é desprezível, não é para gente de bem. Isso porque nas eleições não tem movimentos políticos independentes das candidaturas, como o que talvez apareça em 2010, puxado pela sustentabilidade. Talvez esta seja a grande novidade, e tenha capacidade de mobilização. Sobre isso, queria acrescentar que o Minc talvez seja vítima desse tipo de cultura política. Ele é muito vinculado a projetos políticos cariocas. Então pode ter perdido força no governo porque tentou se fortalecer para concorrer a cargos no Rio, na sua saída do ministério. Essa mistura nunca dá certo, principalmente na área que lida com questões de meio ambiente e sustentabilidade. Na hora em que se entra num cargo desses, tem que entrar inteiro, e não fazer o cálculo do que aquilo vai render no momento em que sair.

Senão, ele entra na mesma lógica que o está prejudicando. Exatamente. O Minc foi, em parte, vítima disso. Em vez de se entregar à causa, colocou o ministério dentro de seu cálculo político.

Em sua análise, por que a esquerda e os sindicatos no Brasil não parecem ter absorvido a temática ambiental, mas somente a social, com uma preocupação muito restrita a emprego e renda? A esquerda brasileira teve e tem ainda, apesar de ter havido uma mudança bem significativa, um papel bastante perverso na constituição da questão ambiental dentro do Brasil. Lá no início, a postura da esquerda era ser contrária, era acusar os ambientalistas de serem “pau-mandado” de americanos, de defenderem uma causa da burguesia, uma causa de populações de Primeiro Mundo, que, por não terem mais com que se preocupar, se preocupavam agora com a natureza.

Isso não se deveu ao próprio movimento ambientalista, que pode ter tido mesmo um discurso elitista? No momento do preservacionismo, você poderia até dizer isso, que a preocupação dos ambientalistas era criar unidades de conservação e nada mais. Mas isso foi politizado pela esquerda como: “Meio ambiente é algo que não nos diz respeito, é algo para populações de Primeiro Mundo”. Essa resistência durante muito tempo bloqueou o desenvolvimento da questão ambiental no Brasil. Havia uma desqualificação política, como se tivesse de fazer uma opção: ou proteger o meio ambiente, ou permitir que as populações despossuídas se apossassem da natureza como um direito a progredir, gerar emprego, renda. Essa oposição entre meio ambiente e justiça social tem muito do pensamento de esquerda. E acho que ainda hoje há núcleos na esquerda que pensam assim. Entre a Constituinte e a Rio-92, formou-se um caldo de cultura com crescimento de número de ONGs ambientalistas, dissociada de toda a cultura de esquerda. E em 92, a primeira coisa que aconteceu foi um choque entre essa quantidade de ONGs ambientalistas e ONGs como Ibase, Fase, que no período da ditadura tinham se organizado em torno de questões sociais. Foram enormes os choques entre essas ONGs, chamadas de “desenvolvimento”, com grande experiência política, e aquele monte de ONGs ambientalistas, com gente muito maluca, muito jovem, que não respeitava o passado deles.

Ao mesmo tempo, esse choque de cultura provocou uma síntese, tanto é que o conceito socioambiental emergiu daí. De pessoas que viram a necessidade de lidar com as duas coisas ao mesmo tempo. Mas muita gente na esquerda se manteve impermeável a isso, até hoje. No Congresso, por exemplo, o deputado Augusto Carvalho, que era do Partidão (*hoje licenciado*), fazia discursos aliados aos militares. Assim como Aldo Rebelo (*PCdoB-SP*), com aquela visão de que os estrangeiros querem nos invadir, tomar a Amazônia. Então, há uma mistura de esquerda e direita contra os ambientalistas, por achar que estes são vendidos. Isso hoje é residual. Tem movimentos sociais, como o MST, que se mostra avançado em termos ambientais. Independente de se concordar ou não com seus métodos, o MST tem um discurso ambiental que faz sentido com suas reivindicações. Talvez, neste momento, haja no confronto uma nova síntese, porque ainda tem gente que vê o socioambiental de esquerda e gente que vê o socioambiental

de modo mais universal, para além de ideologias de esquerda e direita. O conflito ainda existe, ainda está latente. E, caso se vá procurar uma força política para a sustentabilidade, esse conflito pode emergir novamente, e aí será necessário um novo tipo de síntese em torno da diversidade. Porque não dá para pensar só em uma sustentabilidade de esquerda, que separe os setores da sociedade. Tem que ser uma sustentabilidade por inteiro. Esse é o desafio quando se pensa na possibilidade de um projeto de país com base na sustentabilidade e na diversidade. ■■

“ Nunca tivemos um estadista que pensasse à frente. Faz falta no Brasil algo parecido com a eleição do Obama, que tem um mínimo de visão de processo ”

“ Em 2010, deve haver uma movimentação não só em torno de questões socioambientais, mas que mire realmente o poder político ”

Um olhar de fora

O Brasil tem lições a dar ao mundo em termos ambientais, como disse recentemente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas elas provêm mais da mobilização da sociedade do que do Estado. Segundo Kathryn Hochstetler, coautora com Margaret Keck do livro *Greening Brazil – Environmental Activism in State and Society* (2007, sem tradução), o País é um dos poucos emergentes que conciliam pressões por desenvolvimento a qualquer custo e demandas por proteção ambiental. Estas últimas cada vez mais são obtidas por meio do sistema judiciário, que, acionado para retardar projetos, acaba permitindo tempo para debate, diz a professora da Universidade de Waterloo, no Canadá. Defensores de questões ambientais e sociais, os ativistas brasileiros não se opõem ao desenvolvimento, analisa ela, mas a certos padrões de desenvolvimento, enquanto o governo guia-se pelo crescimento econômico.



O presidente Lula disse que o Brasil dá lições ao mundo em assuntos ambientais. Se é verdade, que lições são essas? Acho que o Brasil realmente tem exemplos a dar ao mundo. O que mais importa é a base de comparação, e o interessante para mim é que se trata de um país em que há pressões muito fortes por desenvolvimento, o que é essencial, uma vez que ainda há muitas pessoas que não comem bem, que precisam ter níveis melhores de consumo. De outro lado, é um dos poucos países em que há necessidade real e urgente de desenvolvimento e em que a política ambiental é também muito forte. Em comparação aos outros BRIC (*Rússia, China e Índia*), por exemplo, ou a países da América Latina, o Brasil oferece um modelo sobre como conciliar essas pressões. E, em certas áreas, o Brasil também oferece um modelo para os países globalmente – na área de energia, por exemplo. O Brasil fez coisas com energias renováveis, o programa do álcool e outros, cujos níveis de tecnologia e inovação vão além do que se alcançou nos EUA e, certamente, na Europa.

O governo é o responsável por esse sucesso ou devemos prestar atenção a outros atores? Quem são eles? O modelo de proteção ambiental no Brasil nunca se baseou totalmente no Estado, é um modelo que depende de forte mobilização na sociedade e, às vezes, de forças de mercado – frequentemente elas são contra o meio ambiente, mas algumas vezes a favor, especialmente quando consumidores demandam proteção ambiental. Nunca foi o Estado. O subtítulo do nosso livro é “Ativismo Ambiental no Estado e na Sociedade”. Descobrimos que a parte da sociedade realmente foi essencial para o desenvolvimento da política ambiental brasileira. O Estado brasileiro, frequentemente, é o lugar onde se travam as batalhas e é quem faz algum tipo de mediação e compromisso entre as forças pelo desenvolvimento e as forças pela proteção ambiental. Em alguns momentos o Estado lidera, mas não acho que seja uma fonte de inovação.

Por que é importante, como parece indicar o presidente, que o País mostre ao mundo suas realizações ambientais? Como as forças ambientais internacionais estão conectadas a grupos domésticos? O fato é que ainda há grandes problemas ambientais e muitos

deles têm a ver com o modelo baseado em recursos naturais e na agricultura, que sempre foi base do desenvolvimento brasileiro e que tem sido boa parte da base do crescimento econômico no governo Lula. Acho que atores tanto nacionais quanto internacionais olham para a situação no Brasil e veem problemas ambientais reais, por isso acho que o presidente está reagindo a críticas. Sim, os programas energéticos são muito bons, mas claro que as usinas hidrelétricas têm seu lado negativo, desalojam populações, inundam florestas. Sim, o programa do álcool é muito bom do ponto de vista das emissões de gases de efeito estufa, mas é danoso do ponto de vista do cultivo da cana. Por isso acho que o presidente responde, em parte, porque há muita pressão internacional e doméstica, a política ambiental brasileira não é perfeita e há muitos, muitos problemas. É, em parte, uma posição defensiva.

Há alegações de que o movimento ambientalista representa preocupações estrangeiras. As grandes ONGs internacionais são ativas no Brasil. Há claro interesse internacional e, aparentemente, o presidente responde a isso. É o que move a política ambiental no Brasil? Acho que é importante. Mas os brasileiros deveriam ler o trabalho de pessoas como o historiador do meio ambiente José Augusto Pádua, meu amigo, que mostrou que os temas ambientais têm uma história de centenas de anos no Brasil. Não considero persuasiva a ideia de que a proteção ambiental no Brasil é movida de fora. Em parte o que acontece é que a mídia tende a dar muito mais espaço para as grandes organizações, que frequentemente têm ligações internacionais, o Greenpeace, o WWF. Mas o que deixa de noticiar é que há centenas, milhares na verdade, de pequenas organizações que são brasileiras, muitas sem financiamento a não ser seu próprio tempo e trabalho, e há uma grande rede dessas organizações ao redor do País. Absolutamente não acho verdadeiro que a fonte das preocupações ambientais seja internacional. O ponto do nosso livro é que as forças internacionais são importantes, mas porque apoiam um ou outro ator brasileiro, há muita pressão internacional pelo meio ambiente, mas também há muita pressão e apoio internacional às forças do desenvolvimento. O que acontece é que elas se tornam parte do debate nacional brasileiro, e acho que

é uma manobra política por parte das pessoas que não querem proteção ambiental, dizer que é um movimento internacional, quando, na verdade, há milhares de organizações ambientais brasileiras e muito ativismo aqui mesmo no Brasil.

O que distingue o ambientalismo brasileiro? É o socioambientalismo? Por que sindicatos e outras entidades da esquerda ainda parecem tão distantes dos temas ambientais? Desde a primeira vez que vim, em 1989, ao Brasil ouço os ambientalistas brasileiros ligarem as preocupações sociais às ambientais, é uma marca muito forte do movimento ambiental brasileiro. Atualmente é o socioambientalismo, mas já foi uma preocupação com a “poli-séria” – uma combinação de poluição e miséria –, e há também as preocupações de justiça ambiental. Há vários rótulos, mas todos têm a ver com a compreensão de que é preciso pensar sobre os efeitos sociais e ambientais. Não diria que é unicamente brasileiro, mas que cresceu no Brasil ao mesmo tempo que aparecia em países como a Índia, ou em partes pequenas do movimento ambiental, especialmente na Europa. O Partido dos Trabalhadores é um ator interessante em relação ao meio ambiente, pois está longe de ter uma posição uniforme. Às vezes, como no Acre, é um ator muito importante em favor do meio ambiente; no Rio Grande do Sul, esteve associado com a Agapan (*Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural*) e alguns dos primeiros ambientalistas. Quando o Lula assumiu, a pergunta era que PT ele seria: o PT do Acre ou o PT do Zeca do PT? Os modelos diferentes têm a ver com as diversas compreensões sobre quanto conflito há entre o meio ambiente e desenvolvimento – não há uma posição única na esquerda brasileira ou no PT. Mas a maioria dos ambientalistas brasileiros que conheço diria que boa parte das atividades danosas ao meio ambiente também desaloja populações, interfere no modo de vida tradicional, talvez crie empregos, talvez não, mas frequentemente não beneficia as localidades em que se instala. Eles conectam estes dois temas, não é um conflito real entre o meio ambiente e o desenvolvimento, é um conflito entre meio ambiente e padrões específicos de desenvolvimento.

Está claro agora qual PT o presidente Lula representa? Ele representa muito mais o PT que vê o desenvolvimento como, de alguma maneira, bloqueado por temas ambientais. Fica muito claro na maneira como fala sobre licenciamento. Acho que a razão, em parte, é que quase toda a sua base de apoio quer crescimento econômico mais do que qualquer outra coisa. A força motriz de ambos os governos de Lula, na minha visão, tem sido fazer o País voltar a crescer e, claro, eles fizeram isso e acho que é importante para o Brasil. Mas fizeram isso de formas que parecem refletir a compreensão de que o crescimento simplesmente vai acontecer, e que o meio ambiente se opõe a isso.

“ Há pressão internacional pelo meio ambiente, mas também há muita pressão e apoio de fora às forças do desenvolvimento ”

A bancada ruralista – que compõe quase um quarto do Congresso – tem agido para derrubar parte da legislação ambiental. Ao mesmo tempo, pesquisas mostram que o brasileiro cada vez mais se preocupa com temas ambientais e apoia ações para enfrentá-los. Há uma desconexão entre o Congresso e as pessoas que deveria representar? Ou não deveríamos confiar nas pesquisas? Há muitas instâncias em que os políticos brasileiros falham na conexão com a população, mas minha visão é que, embora haja pessoas que respondem às pesquisas dizendo que o meio ambiente é muito importante, elas consideram importante uma série de outras coisas. E até agora não há padrão de votação no Brasil que reflita as preferências das pessoas sobre o meio ambiente. As pessoas tendem a votar com base em outras coisas e, por isso, o sistema partidário não está organizado em torno de temas ambientais. Isso é verdade também nos EUA.

Quanto dano a bancada ruralista pode causar? Há barreiras no sistema judiciário ou na Constituição à derrubada da legislação ambiental, celebrada internamente como uma das melhores do mundo? A legislação ambiental brasileira é muito boa e a bancada ruralista pode causar muito dano. Entretanto, há poucos países em que a política ambiental é tão judicializada quanto no Brasil, que fica atrás apenas dos EUA. Porque a Constituição de 1988 foi escrita de uma forma que insiste em que a proteção ambiental seja seguida, acho que teria de haver uma emenda constitucional para reverter as leis. Enquanto estiver na Constituição, pode ser levado ao sistema judiciário. E temos visto muita disposição por parte do Ministério Público, e em parte do Judiciário, de abraçar os argumentos que pelo menos bloqueiam por algum tempo mudanças ou propostas danosas à lei, no caso de não conseguirem derrubá-las por completo. Outra coisa que cada vez mais integra a política ambiental brasileira não está nas leis, mas em arranjos que têm a ver com as preferências dos consumidores, por exemplo. O fato de que os consumidores europeus não querem alimentos geneticamente modificados, ou que os brasileiros expressam disposição de pagar mais por alimentos orgânicos, significa que há um espaço para o mercado, não importa como você legisle.

A importância do Judiciário no Brasil aponta uma diferença fundamental com países da região? As populações indígenas na Amazônia peruana confrontaram o governo por causa das políticas para a região. É raro ouvir a voz de populações locais no Brasil. A oposição à Medida Provisória sobre a regulação fundiária na Amazônia, por exemplo, vem de entidades que operam nas cidades. Vários países andinos têm muito mais ativismo indígena e local, mas são países onde a população indígena é maior. Na Bolívia, é 60% da população. Não sei números exatos no Peru e no Equador,

mas é em torno de um terço da população, e a proporção da população que vive na Região Amazônica é mais alta do que no Brasil. Apenas por questões demográficas, não surpreende ouvir mais dos ambientalistas urbanos, porque no Brasil 80% da população vive nas cidades. Em relação ao ponto mais amplo sobre estratégias, grupos da sociedade civil que querem influenciar a política têm um menu de opções, podem protestar, usar oportunidades de participação que lhes são dadas, usar o sistema judiciário. Uma coisa que é pouco usual no Brasil, em comparação com a região e o resto dos BRIC, é que os ambientalistas e outros atores da sociedade civil têm mais oportunidades de participar. Eu falava ontem com um ambientalista, que disse ter contado 129 conselhos ambientais, só na esfera federal – desde o Conama (*Conselho Nacional do Meio Ambiente*) até instâncias específicas para, por exemplo, acompanhar a política de mudanças climáticas ou o Fundo Amazônia. É um número muito grande – se o Peru tiver um, eu ficaria surpresa. Os ativistas não necessariamente protestam, tudo o que precisam fazer é ir ao Ministério Público e iniciar uma investigação, é uma maneira muito mais eficiente de agir. Protestos são frequentemente a última opção para grupos que não têm outras formas de ganhar acesso ao governo, mas no Brasil o menu tem mais escolhas do que aquele disponível para a sociedade civil em muitos países. O orçamento participativo é o mais famoso e estudado, mas o Brasil é realmente pouco usual pelas oportunidades institucionalizadas para que os ativistas estejam à mesa e sejam parte da discussão. Algumas instâncias são deliberativas e realmente tomam decisões, outras são apenas uma chance de conversar. Não digo que sejam todas efetivas, apenas que os peruanos não as têm.

A judicialização da política ambiental é uma lição a dar ao mundo? Não tenho muita certeza de que a judicialização seja a melhor estratégia, mas ela está presente no Brasil, nos EUA, e é realmente eficaz em atrasar projetos que causam degradação ambiental. A função positiva que provavelmente ela desempenha no Brasil é a de forçar tempo para o debate. Várias vezes vi outros países latino-americanos começarem projetos semelhantes aos brasileiros que, seis meses depois, estão prontos. Instâncias como os conselhos e o Judiciário no Brasil desaceleram o processo o suficiente para que haja muito mais debate sobre se o projeto deveria ser feito, como deveria ser feito, e se há maneiras de mitigar algumas das consequências. Está longe de ser um processo perfeito, mas de alguma forma é um modelo que poderia se espalhar. Um dos problemas no Brasil é que não há muitas instâncias formais para outros tipos de preocupação. O que frequentemente acontece com as audiências públicas ambientais é que se tornam lugares onde as pessoas articulam demandas por reforma agrária, por exemplo, o que não é diretamente responsa-

bilidade das agências ambientais que promovem as discussões. Estas demandas deveriam ser enfrentadas de outra maneira, mas, nesse meio-tempo, afloram no processo ambiental.

Não soa muito construtivo bloquear em vez de propor políticas para o meio ambiente. Para dar um exemplo, Brasil e Argentina fizeram a mesma coisa em 1996 em relação aos organismos geneticamente modificados (OGM), criaram uma comissão que aprovou o cultivo e a venda de OGM. Na Argentina, depois de dois anos, quase toda a produção de soja era GM. No Brasil, o caso foi para a Justiça e eventualmente saiu a nova Lei de Biossegurança, que permite a produção GM. Mas, enquanto isso, algumas das coisas que foram adicionadas à lei se tornaram requerimentos e os consumidores que se preocupam hoje deveriam encontrar, pelos menos hipoteticamente, informações sobre OGM nos rótulos. Os consumidores britânicos insistiram em que os supermercados não vendessem OGM, então os supermercados passaram a precisar de uma fonte de alimentos não-GM e, cada vez mais, optam pelo Brasil, em vez de pela Argentina e os EUA. Esse tipo de coisa pôde acontecer por causa do tempo que o caso jurídico permitiu. É assim que vejo as forças de mercado também. Pode haver essas demandas dos consumidores que serão supridas por algum produtor – se os consumidores britânicos realmente não vão consumir OGM, alguém vai vender produtos não-GM a eles. O Brasil está em posição melhor do que a Argentina, que adotou os OGM totalmente, ou os EUA, que se recusam a fazer distinção no rótulo.

O resto do mundo deveria se importar com que tipo de política ambiental o Brasil adota? Por quê? Muitas vezes certos tipos de processos sociais e tecnologias desenvolvidos na Europa, ou nos EUA, não funcionam em vários outros países, porque simplesmente assumem que várias outras coisas existem – por exemplo, infraestrutura social, física, econômica. O Brasil é um país emergente, mas também tem muita capacidade de desenvolver coisas novas, é inovador, acho que tem mais capacidade de desenvolver propostas que podem ser replicadas em outras partes do mundo do que projetos europeus. O simples fato de que é um país tropical, por exemplo, significa que o desenvolvimento agrícola que sai de lugares como a Embrapa provavelmente é muito mais usável em outros países. Porque o Brasil tem a história recente de não ser muito democrático e de alguma forma forjou uma democracia forte, porque o Brasil muito recentemente não tinha um Judiciário independente e de alguma forma desenvolveu um Judiciário com capacidade de bloquear todo tipo de mau projeto de desenvolvimento, simplesmente porque fez uma série de transições, a experiência brasileira pode servir de modelo para mais países do mundo do que as experiências europeia ou americana. [L22](#)

Para tod@s

POR Amália Safatle # FOTOS Marcelo Trad

Característico da cultura brasileira, **o preconceito vitima não só as minorias, mas a sociedade inteira.** Surpreendentemente, o mundo corporativo surge como espaço propício para criar o caldo da diversidade e mudar esse quadro

O sonho de Leila era lecionar. Formada em Letras nas Faculdades Oswaldo Cruz, em São Paulo, gosta demais da língua inglesa. Mas, quando conseguia vaga em uma escola pública, o governo estadual não concedia o laudo médico. Leila tem 5% da visão. Até que acabou desistindo, isso há cerca de quatro anos. Dois anos atrás, a secretaria estadual de Educação criou cotas para deficientes. Mas aí Leila Bahia, hoje coordenadora de Recursos Humanos da Hewlett-Packard, a HP, já tinha se encaminhado para outro rumo. Com funções administrativas, é braço direito dos que fazem a seleção dos novos contratados da empresa. E se prepara para um dia colocar o “olhômetro” em funcionamento, tornando-se uma recrutadora também.

Deficientes, assim como jovens aprendizes, são protegidos por leis de cotas nas empresas. A partir de um determinado número de empregados, as companhias são obrigadas a reservar um percentual de vagas (5%) e, de certa forma, a quebrar a lógica que impera no mundo corporativo capitalista: a de buscar maiores lucros por meio de pessoas mais capazes e produtivas, que se encaixam em um padrão preestabelecido de “competências”. Leia-se: homem, branco, heterossexual, de 30 a 40 anos,

formado nas chamadas faculdades de primeira linha. E, claro, sem deficiências.

Surpresa que o ambiente das empresas seja justamente considerado o mais propício para quebrar preconceitos e cultivar a diversidade. “A escola é a guardiã dos valores da sociedade, e valores não só bons: incluem o racismo, a homofobia e o machismo. A família, a Igreja e os sindicatos também são instituições rígidas. A empresa é de fato a mais flexível”, afirma Reinaldo Bulgarelli, *expert* em questões ligadas à diversidade, diretor da consultoria Txai e professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, na área de responsabilidade social corporativa. *(Leia mais sobre diversidade além de ambientes institucionais, como no ciberespaço, à pág. 28)*

Em resposta às pressões da sociedade, há empresas que aos poucos percebem a necessidade de rever posturas e passam a entender diversidade como um ativo que inclusive funciona a favor dos negócios. “Como a inovação pode surgir em um ambiente onde todo mundo pensa igual?”, questiona Regina Macedo, diretora de marketing corporativo da HP, empresa da área de tecnologia da informação, onde inovação é a mais valiosa das matérias-primas.

Diversidade é bom para os negócios e o desempenho escolar. E combate a pobreza

Mas a própria HP está às voltas com uma questão das mais básicas, que não chega nem mesmo à relação de homens e mulheres em cargos de chefia, e sim a de equiparar a quantidade de funcionários do gênero masculino e feminino em toda a empresa. Hoje são 74% homens para 26% mulheres.

Rosana Echio, gerente de recrutamento e seleção, chefe de Leila, conta sobre as dificuldades de encontrar candidatas mulheres nas faculdades, pois há um entendimento na sociedade de que tecnologia é um assunto masculino e poucas delas acabam se interessando por esse mercado. No entender de Regina, é um contrassenso, pois o mundo eletrônico e suas redes cada vez mais proporcionam o relacionamento, o diálogo e a troca, características muito femininas, no seu entender.

Mas, se as empresas se acomodam com a ampla oferta de candidatos homens ou de qualquer outro padrão predeterminado, alimentam o círculo vicioso. Segundo Bulgarelli, gestores arrogantes ou ingênuos costumam dizer que, se há ausência ou pouca representatividade de algum segmento dentro da empresa, isso se deve a causas externas: o governo, a sociedade, as raízes históricas. Como se trata de um círculo vicioso, lembra o especialista, a reversão é possível em qualquer ponto dele. E as empresas têm não só uma corresponsabilidade nesse quadro, como o poder de transformá-lo.

Tal quadro contraria fortemente a ideia – forjada não se sabe com base em que – de que formamos uma sociedade tolerante, cordial, aberta ao plural e ao diverso. Recente pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) traz uma contundente radiografia do pensamento brasileiro em relação a minorias.

A Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente

Escolar ouviu 18.599 pessoas, entre alunos, professores, diretores, funcionários, pais e responsáveis de 501 escolas públicas em todo o País e concluiu que o preconceito é generalizado. Nada menos que 99,3% o manifestaram em relação a pelo menos uma área temática, entre as quais gênero (contra mulheres), geracional (pessoas mais velhas), deficiência física ou mental, orientação sexual (homossexuais), socioeconômica (pobres), etnoracial (negros, índios e ciganos) e territorial (pessoas da área rural) – nesta ordem de importância.

E 99,9% da amostra mostrou desejo de manter algum nível de distância social em relação a pelo menos um desses grupos. A distância social foi medida em diferentes graus, por exemplo: desde aceitar a pessoa pertencente a um dos grupos a estudar na mesma escola que seu filho até permitir que essa pessoa se case com ele.

“O preconceito aparece como uma característica da nossa cultura”, afirma José Afonso Mazzon, professor da FEA-USP e coordenador do estudo. A pesquisa foi pioneira no campo da diversidade na educação brasileira, mas apresentou uma questão mais profunda e ampla do que se imaginava de início. “Os resultados indicam que não basta uma política educacional para enfrentar o problema, pois o preconceito e a discriminação já se manifestam no ambiente familiar e extramuros, antes mesmo que o aluno vá para a escola. Por isso, é preciso uma política de governo, envolvendo todos os ministérios”, diz.

Da mesma forma que pode prejudicar o desempenho escolar – a pesquisa indica forte correlação entre maior preconceito e piores notas –, a intolerância afeta os negócios no mercado de

trabalho. Flavia Moraes, que trabalhou durante mais de 20 anos na Philips e hoje lida com uma série de empresas na condição de consultora independente, pontua as vantagens da gestão com base no diverso: favorece a criatividade para lançamento de novos produtos e serviços, melhora o clima organizacional, aprimora as práticas éticas na empresa e provoca mais engajamento e motivação nas equipes.

Ana Paula Nunes de Lima, responsável pelo Programa de Diversidade instituído no ano passado no Banco Itaú, cita um exemplo simples. Com 3.200 funcionários deficientes – de modo a cumprir a cota de 5% –, ela descreve como uma situação, mesmo que imposta pela força da lei, pode mudar algo. Quando um funcionário encontra um colega sem os membros superiores no refeitório e vai lá auxiliá-lo, não deixa de ser um exercício de olhar para o outro. Justamente em um ambiente onde cada um se debruça sobre o próprio prato de comida e mal olha para o lado. “Isso ajuda até na prática da liderança”, diz.

Como diz Bulgarelli, diversidade significa levar vida para a organização. “Onde tem vida, tem diversidade. Assim é na natureza.” Além disso, a diminuição das desigualdades no mercado de trabalho é o caminho mais efetivo para reduzi-las em toda a sociedade, como declara o Instituto Ethos na apresentação da pesquisa social, racial e de gênero, realizada em 2007 com as 500 maiores empresas no Brasil.

“A inclusão das mulheres negras [1] no mercado de trabalho, por exemplo, traz resultados imediatos e importantes no combate à pobreza”, diz Caio Magri, responsável pela área de Políticas Públicas do Ethos. Segundo ele, não por acaso as políticas de financiamento, reforma agrária, habitação e microcrédito são fortemente centradas nas mulheres, pela capacidade de acumular tarefas de trabalhadora e chefe de família, de gerenciar o lar, garantir a presença dos filhos na escola e manter a casa própria.

TOME NOTA

1 O salário das mulheres corresponde, em média, a dois terços do pago aos homens, segundo o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). E as mulheres negras recebem 32% do salário dos homens brancos

Magri ainda acrescenta que o ambiente plural, criativo e solidário é característica das companhias bem colocadas nos rankings

das melhores empresas para se trabalhar. E

Bulgarelli cita um relatório do Fórum

Econômico Mundial – que

monitora a questão de gênero

–, segundo o qual

os países mais ricos

são justamente os

Hoje, quanto mais se qualificam, mulheres e negros mais se expõem ao **desemprego**

mais avançados em equidade, pois, ao distribuir melhor as oportunidades, evitam a criação de bolsões de pobreza.

Mas, diante de tantas evidências sobre a importância e o valor da diversidade nas empresas e na sociedade, ela está longe de se consolidar no mercado de trabalho brasileiro, a não ser por imposição da lei e pressão de determinados grupos, o que só reforça a tese do preconceito amplo e cristalizado na sociedade que o estudo da Fipe apontou.

A pesquisa do Ethos entre as 500 maiores empresas no Brasil não só retrata a dificuldade de mulheres, negros, indígenas,

O quadro executivo das 132 empresas que responderam à pesquisa é formado por 88,5% de homens, 94% de brancos e 99,6% de pessoas sem deficiência. O maior avanço em relação à pesquisa Ethos de 2005 foi o aumento da participação das mulheres nos cargos inferiores de chefia

amarelos e deficientes acessarem **cargos de chefia** como traz um outro resultado estonteante. Parte considerável dos presidentes das empresas – 39% – considera adequada a participação de mulheres em nível executivo, que não passa de 11,5%. E 34% dos presidentes também julgam apropriada a proporção de 3,4% de negros em altos cargos de chefia.

Diante do que se chama de afunilamento hierárquico, quanto mais as mulheres e os não brancos estudam e se qualificam, mais expostos estão ao desemprego. “Isso mostra a ineficiência da sociedade. É como se fosse dado o recado: se você for esforçado, vai quebrar a cara”, diz Bulgarelli.

Magri avalia que, embora as estatísticas ainda não reflitam, os resultados devem melhorar dentro de um prazo médio. Isso porque há uma série de políticas governamentais voltadas para a inclusão, empresas e **instituições públicas** passam a se mostrar empenhadas nessa direção e muitas companhias privadas têm tomado iniciativas e criado programas em prol da diversidade.

Entretanto, são mudanças de pensa-

Pela primeira vez uma mulher assumiu a presidência de um banco de grande porte. Desde 2006, a funcionária de carreira Maria Fernanda Ramos Coelho ocupa o cargo na Caixa Econômica Federal

Além da lei

COMPANHIAS GARANTEM EQUIDADE DE DIREITOS PARA FUNCIONÁRIOS GAYS

Embora a legislação brasileira não reconheça a união entre pessoas do mesmo sexo, algumas empresas começam a garantir a equidade de direitos para os funcionários gays e seus dependentes.

Uma pesquisa divulgada no ano passado pela empresa de consultoria em recursos humanos Mercer, envolvendo 210 empresas no estado de São Paulo, aponta que 24% delas estendem benefícios familiares, como plano de saúde e seguro de vida, aos parceiros de mesmo sexo de seus funcionários.

A Caixa Econômica Federal está

entre as pioneiras. Desde janeiro de 2006, permite a inscrição de parceiros homoafetivos como dependentes, em todo o País. A partir deste marco decorrem outros direitos, como ausência em caso de luto, licença remunerada em razão de doença do companheiro e permissão para acompanhar o funcionário em transferências. Este ano, a Caixa aprovou a licença-adoção para homens solteiros ou em relação estável homoafetiva por até 180 dias, mesmo benefício que já era concedido para as funcionárias.

Um dos cuidados tomados pela

empresa é garantia do sigilo dos trâmites dos funcionários homossexuais em união estável, de modo a estimular aqueles que tenham alguma inibição. Para Cassiano Mecchi, gerente de recursos humanos da Danone e estudioso do tema, também é importante manter uma política ampla de comunicação interna dos benefícios.

Em junho, Mecchi participou do debate promovido pela Associação da Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo, que reuniu representantes de empresas com práticas similares para inclusão desse segmento. Além de Caixa e Danone, Banco Real e DuPont também enviaram representantes. *(por Carolina Derivi)*

mento muito recentes. A própria iniciativa do Ethos pela diversidade no mundo empresarial não contempla a minoria LGBT, de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais *(mais em reportagem à pág. 40)*. “A questão não apareceu ainda como um desafio no nosso diálogo com as empresas. Para surgir, é preciso haver pressão social, reivindicações. De qualquer forma, é um tema que

precisa, sim, ser tratado, e caberia no questionário da pesquisa com as companhias”, avalia Magri.

Para Bulgarelli, o assunto da diversidade é tão novo que nem chega a ser considerado pela maioria das empresas como um tema da sustentabilidade. “Tudo aconteceu praticamente do ano 2000 para cá. E o aspecto cultural ainda não ‘grudou’ nessa discussão, muito mais voltada para o social e o ambiental”, afirma.

Para ser ter ideia, exemplifica ele, mesmo o Banco Real, pioneiro em abordar o tema da diversidade e referência no assunto, somente em 2006 abriu um lactário no prédio-sede da Avenida Paulista, em São Paulo, para atender as funcionárias que amamentam. “Isso porque o edifício abriga 5 mil colaboradores, é um verdadeiro município”, diz.

Fora da caixa

E se os avanços ainda são poucos em relação a assuntos básicos, como participação e remuneração de minorias como negros, mulheres e deficientes nas empresas, quem dirá uma visão um pouco mais sofisticada da diversidade.

Uma questão que perpassa todos esses grupos minoritários, por exemplo, é a da diversidade de perfis. Funcionários competentes, todos formados em Harvard, com visões de

masculinas, quando têm a maioria de seus funcionários homens, não só em cargos de chefia, como na base. Masculinizadas, quando assumem certos rituais e símbolos dos quais as mulheres não costumam partilhar – um exemplo clássico é os homens tomarem decisões empresariais estratégicas em rodas de uísque e charuto nos horários avançados, quando as diretoras mulheres já tiveram de ir para casa cuidar dos filhos. E masculinizantes, quando buscam transformar o outro à sua imagem e semelhança.

É sabido que gênero é uma construção cultural. A antropóloga americana Margaret Mead (1901-1978), que fez um dos primeiros estudos de gênero com base em um trabalho de campo na Papua Nova Guiné, demonstrou isso ao observar a diferença de temperamento em três sociedades primitivas. Homens e mulheres Arapesh agiam de forma maternal; já homens e mulheres Mundugumor tinham uma cultura agressiva e bélica; e homens Tchambuli enrolavam o cabelo e se preocupavam com a aparência, enquanto suas mulheres eram enérgicas e organizadoras.

Não se trata de julgar como positivas ou negativas as características construídas pelos gêneros masculino e feminino nas diversas sociedades – na ocidental moderna, por exemplo, é comum acreditar que mulheres são cuidadosas, detalhistas, indecisas e intuitivas, enquanto homens são agressivos, empreendedores, objetivos e racionais. O positivo é a variedade de perfis, mas desde que essa diferença não seja usada para sobrecarregar um ou outro.

Masculinas, masculinizadas e masculinizantes

Para ele, uma coisa que as empresas podem fazer, por exemplo, é definir que todos os funcionários – homens e mulheres – que têm filhos com menos de 6 anos tenham horário flexível para eventualmente ir à reunião de pais e mestres, levar a criança ao pediatra, levar ou buscar o filho na escola de vez em quando. Reeducar os funcionários homens para cuidar mais da casa e da família. Ampliar a licença-paternidade.

Até porque os homens estão sofrendo com a atual divisão de papéis, ao que indica a obra *Executivos – Sucesso e (In) Felicidade*, de Betania Tanure, Antônio Carvalho Filho e Juliana Andrade (Editora Campus Elsevier). O livro mostra como a falta de equilíbrio entre o tempo dedicado a assuntos profissionais e assuntos pessoais e familiares é enorme fonte de insatisfação.

Como diz Bulgarelli, o preconceito não produz vítimas isoladas. “Todo mundo é vítima, todo mundo perde. Isso é inerente ao conceito da diversidade, em que tudo e todos estão interligados.”

Quem fala demais?

No mundo ainda dominado pelo machismo, as mulheres têm poucas chances de se manifestar e serem ouvidas. Mas **calar os homens será a solução?**

“Parar de falar.” O *post-it* grudado no meu computador tenta me lembrar, diariamente, dessa missão quase impossível. Dizem que falar muito é característica inerente às mulheres. Os homens são mais quietos, sóbrios. Na infância, minha mãe era a falante da casa, e, por conta disso, muitas vezes a falastrona. Meu pai, não. Discreto, quando abria a boca, lá íamos nós, os filhos, ouvir Sua Santidade, o Papai. **Chuto que falar pouco é quase uma estratégia de marketing masculina, uma forma de dar peso maior ao que será dito.** Mas nem sempre as mulheres têm a chance de exercer seu direito de falar demais.

Há alguns anos participei de um curso pela Fundação Heinrich Böll, em Berlim, sobre “Gênero, Agricultura e Desenvolvimento”. Durante dez dias, 60 mulheres de variadas nacionalidades discutiram a relação da mulher com a produção agrícola, seu papel no desenvolvimento familiar e comunitário, e as questões intrínsecas ao tema: preconceito, desigualdade e redução de oportunidades para as mulheres em grande parte do mundo – especialmente o rural. Conheci angolanas que não tinham direito à terra herdada dos pais, por serem mulheres. Três representantes da Indonésia tinham vivido ou presenciado tantos abusos, que não se relacionavam nem se dirigiam mais aos homens. Era um desprezo construído menos pelos seus desejos e opções sexuais, e mais por décadas de opressão e violência.

Mas, no meio daquela legião de mulheres fortes e indignadas, saltava aos olhos a presença de três homens. Um indiano radicado em Londres, um israelense e um nigeriano faziam parte da turma. Tive

imediatamente simpatia por aqueles três exemplares do sexo oposto, demonstrando interesse para com a “nossa” causa. Estava curiosa para ouvi-los, saber suas histórias, conhecer a trajetória de sua militância.

Mas o mundo é muito mais complicado. No primeiro dia, depois de uma intervenção do rapaz da Índia – um homossexual assumido, se é que isso vem ao caso –, uma mulher pediu a palavra e sugeriu que, durante o evento, os homens participantes não tivessem o direito de falar. Nem de fazer perguntas, nem de participar das discussões. Deveriam ser meros espectadores. Comecei a rir, achando a ideia absurda. Mas o que se deu em seguida foi inesperado para mim. Cerca de metade das participantes concordou com a proposta. O argumento essencial era este: a desigualdade faz com que homens sejam mais preparados, articulados, e tenham maior facilidade para exprimir suas opiniões. Tanto sua eloquência como a ideia da sociedade machista de que “eles sabem mais” acabaria por intimidar muitas das mulheres dali, reproduzindo a opressão “da vida real”.

O clima esquentou. Algumas mulheres gritavam: “Não tem lugar para vocês aqui!” Uma delas sugeriu uma votação: quem era a favor de que os três homens não falassem durante todo o curso que levantasse a mão. No final, os ânimos foram acalmados e as organizadoras convenceram a todas de que aqueles


homens tinham sido selecionados para estarem ali e tinham direito de participar.

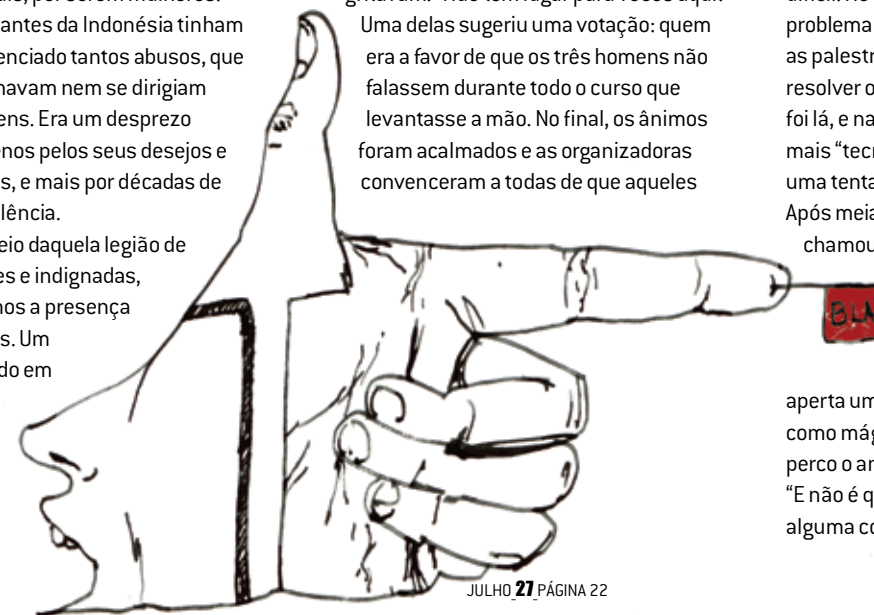
O que se seguiu nos outros nove dias não foi surpresa. Nem sequer ouvi a voz do agricultor israelense. Conheci o nigeriano fora da sala de aula, uma pessoa doce, simpática e extremamente engajada na causa das mulheres. Mas ele não se pronunciava durante as aulas. O indiano, mais indignado, fez discursos inflamados nos dias seguintes, interrompia intervenções de outras participantes e perdeu a simpatia de todos.

Conviver com aquelas mulheres foi um aprendizado, acostumada que estava a **preconceitos mais velados, como ganharmos salários menores que homens, ou até anedóticos, como meu pai nunca ter trocado uma fralda dos filhos**, mesmo minha mãe trabalhando fora tanto quanto ele. Em muitas partes do mundo, as mulheres ainda sofrem preconceitos muito mais dramáticos, vinculados a violações diárias de direitos universais. Fácil entender atitudes tão radicais contra o sexo masculino.

Foi Rui Barbosa quem disse: “Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real”. Ele falava da tal equidade. Sempre tão oprimidas, talvez naquela situação as mulheres precisassem oprimir seu opressor para garantir voz. **Mas o desconforto de como tratamos aqueles três homens bateu forte em mim.**

Um desfecho cômico para um assunto difícil. No meio do evento, tivemos um problema com o *data show* que projetava as palestras. Primeiro, a palestrante tentou resolver o problema. Depois a organizadora foi lá, e nada. Aos poucos, as participantes mais “tecnológicas” desciam da plenária, cada uma tentando fazer a máquina funcionar. Após meia hora de tentativas, a organizadora chamou por telefone alguém para ajudar.

Entra no auditório um rapaz, óculos fundo de garrafa, mirradinho. Olha em volta, um pouco acuado. Sob o palco, aperta um único botão do *data show* e *voilà*, como mágica o troço volta a projetar. Eu, que perco o amigo, mas não perco a piada, soltei: “E não é que eles, os homens, servem pra alguma coisa?!” Só metade da plateia riu. 

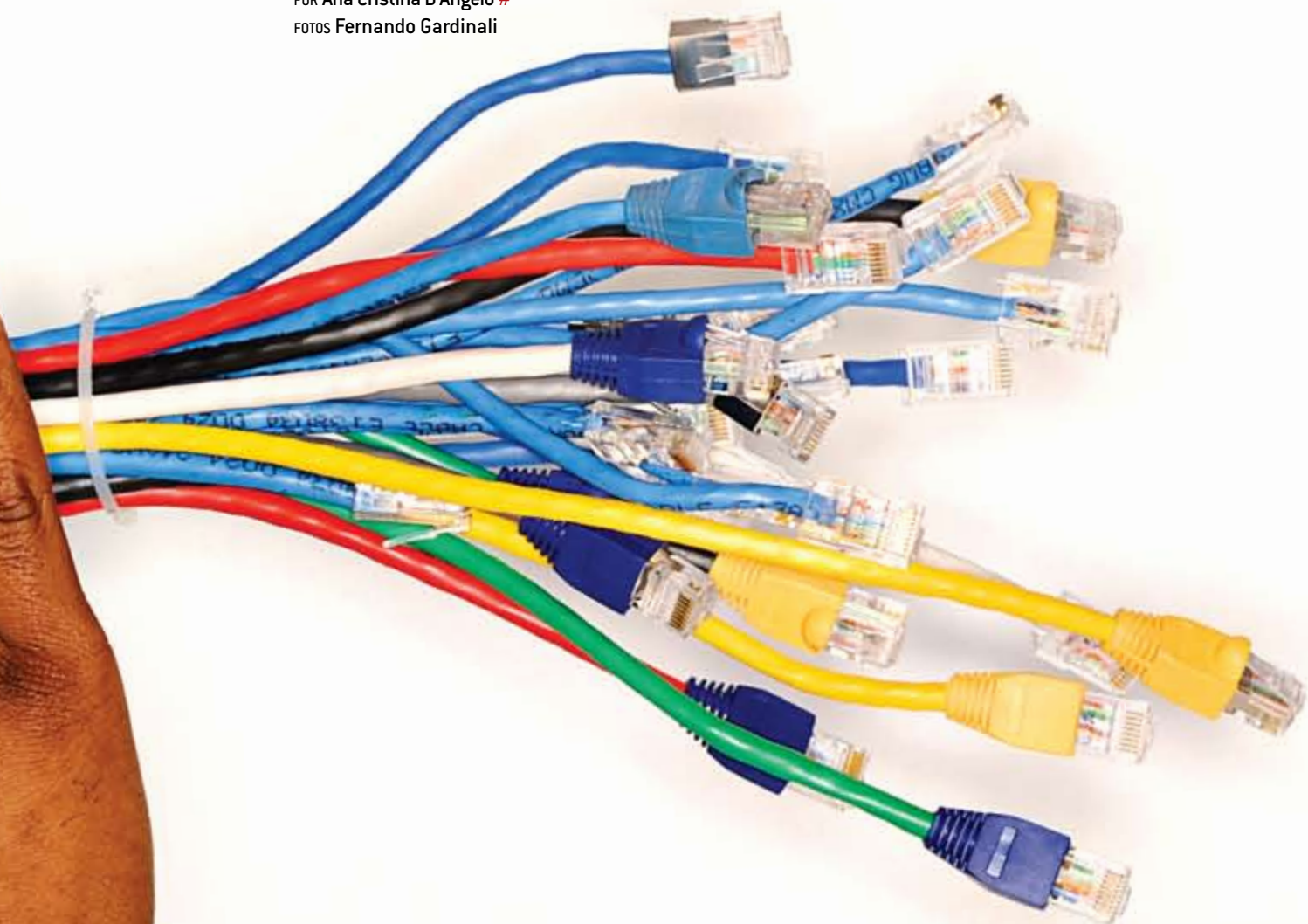
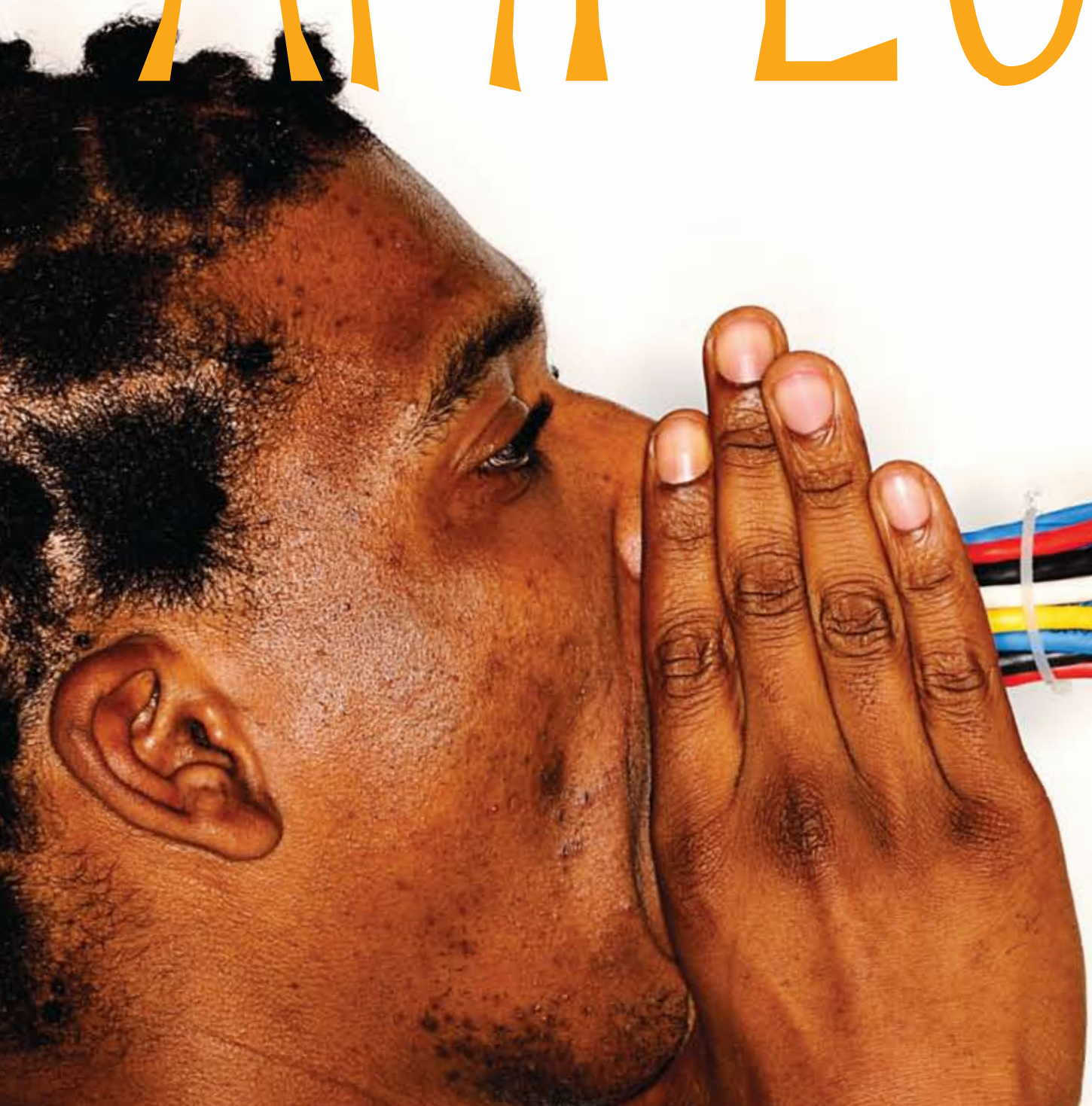


AMPLIO

quase E IRRESTRITO

No ciberespaço, as **minorias se manifestam, interagem nas redes e conseguem transformar em realidade** muitas de suas demandas. O obstáculo ainda é a exclusão digital

por Ana Cristina D'Angelo #
FOTOS Fernando Gardinali



As peculiaridades da comunicação em rede levam à facilidade de cada um ganhar voz e espaço. Até aí nada de novo. Mas, para uma minoria ou grupos sociais com características e demandas específicas, e normalmente invisíveis aos meios de comunicação de massa, a tecnologia e a rede virtual fazem toda a diferença. Ainda que o Brasil não esteja totalmente conectado e o acesso seja caro, o ciberespaço já promoveu e promove transformações para essas culturas, gerando um novo ecossistema em que grupos se manifestam, interagem e transformam demandas em realidade: novas leis, políticas públicas e petições *on-line* em prol de suas causas.

No www.naohomofobia.com.br, mais de duas centenas de organizações do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) brasileiro encontraram a fórmula para colher assinaturas favoráveis ao projeto de lei que

Mas só a tecnologia não basta. Os grupos sociais precisam agir, exercer a condição de ator

criminaliza a homofobia. O objetivo é chegar a 1 milhão de assinaturas para pressionar os senadores a aprovarem o Projeto nº 122/2006, que torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e equipara essa situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero, ficando o autor do crime sujeito a pena, reclusão e multa. A base de dados da campanha está toda na *web* e a mobilização mescla atos virtuais com manifestações ao vivo. “A internet possibilita união dentro de um país dessa dimensão, e as ferramentas que existem hoje permitem esse tipo de apoio a nossas lutas, discussões ou denúncias”, diz a liderança LGBT Roberto de Jesus. O episódio de violência durante a última Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, em que um rapaz foi agredido e morreu, também repercutiu na internet e a convocatória de um ato em protesto ao ocorrido contou com a tecnologia para

chegar a todos. A Parada, por sinal, teve como primeiro patrocinador, em 2000, um portal de internet – o iG – que tinha em mãos uma pesquisa apontando que, à época, a população *gay* ficava mais conectada que a heterossexual, o que justificava o investimento.

O sociólogo e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) Sérgio Amadeu da Silveira não gosta de usar o termo mundo virtual em contraposição ao mundo real. “Afinal, um blog, um *site* é real e gera consequências, efeitos, e por si só influencia atitudes”, justifica. Roberto de Jesus acha que a militância *on-line* deve ser mesclada com os encontros presenciais, sob o risco de se burocratizar a questão em pauta. “O perigo que vejo é ficar preso à tecnologia e não ocupar os espaços na rua, é preciso estar conectado com pessoas que te alimentam, participar de grupos, mas o lastro está na luta cotidiana. Dessa maneira, acho que a tecnologia

potencializa as causas”, afirma.

Amadeu crê na tecnologia como importante aliada da diversidade cultural com reflexos positivos na inclusão social. Diante de uma cultura de homogeneização, a cultura da rede permite a diversidade, amplia os espaços de manifestação e atuação, e coloca outros atores na jogada. Como exemplos, Amadeu cita o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que rapidamente se conectou à internet, organizando protestos e denunciando violência no campo, enquanto a mídia ignorava o que acontecia. A primeira edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que contou com participação de gente do mundo inteiro, também foi tramada na internet e a divulgação deu-se basicamente pela *web*. “Obviamente o ambiente das redes digitais é afetado pelo poder do capital – é só ver os mecanismos de busca concentrados em poucas empresas americanas. Isso aponta que você tem as condições tecnológicas,

comunicacionais, mas, se os grupos sociais não agirem, as condições por si só não criam diversidade, simplesmente a viabilizam. É preciso exercer a condição de ator”, analisa Amadeu.

Um grupo que se tem inserido na rede de maneira ampla e criativa são os indígenas. O *site* www.indiosonline.org.br é uma mostra de articulação de várias comunidades indígenas brasileiras com parceiros da iniciativa privada e do governo. O projeto digitalizou histórias, opiniões e características de sete nações indígenas e agora parte para a educação à distância, com a intenção de qualificar essa população para que ela mesma escreva seus projetos. Como sugere o *site*, uma nova rede para ensinar a pescar.

Destinado à pesquisa escolar, o novo *site* Povos Indígenas no Brasil Mirim (www.pibmirim.socioambiental.org) é outra iniciativa de inserção do grupo, desta vez voltado para as crianças. Criado pelo ISA, contém informações sobre a diversidade da população indígena brasileira de forma didática e com linguagem acessível. Uma das maneiras encontradas pela equipe do *site* para despertar o interesse das crianças foi criar

a Aldeia Virtual, um jogo *on-line* com referências sobre as diferentes etnias com o qual a criança pode interagir e se sentir parte daquele ambiente. Júlia Trujillo, que orientou a concepção de conteúdo, diz que, por enquanto, as demandas partem de crianças brancas, que, notoriamente, são as que mais têm acesso à internet. Mas, como a organização tem programas nas reservas do Xingu e no Rio Negro com populações indígenas, a ideia é incrementar o conteúdo *in loco*, trazendo informações diretamente das crianças desses locais e estimulando a conversa entre todos. A dificuldade é que a maioria das aldeias não tem acesso à rede, mas muitas das crianças vão a escolas nas cidades, frequentam associações e **pontos de cultura**.

Também os quilombolas começam a experimentar as facilidades tecnológicas. Os quilombos situados no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, por exemplo, criaram o www.kilombosdoribeira.org.br, em que as nove comunidades da região estão representadas com *links* para histórico, território, cultura tradicional, projetos, atividades e produtos. Apesar das peculiaridades de cada uma, as causas

Programa do Ministério da Cultura para potencializar iniciativas e projetos culturais já desenvolvidos por comunidades, grupos e redes de colaboração. Destina-se a fomentar a atividade cultural, aumentar a visibilidade das diversas iniciativas culturais e promover o intercâmbio entre segmentos da sociedade

comuns ganham força na representação virtual. A campanha pela não construção de barragens de usinas hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape é uma delas. O lugar, que tem 21% dos remanescentes de Mata Atlântica do País, será afetado por completo se as empreiteiras levarem a cabo seus planos de construção de usinas. As áreas dos quilombos serão inundadas e as comunidades terão de ser transferidas para outros locais. A página informa os impactos dessas obras na região e divulga as ações de resistência dos quilombolas nesse sentido, como a preservação da mata e atividades de subsistência que desenvolvem. (*mais em reportagem “A cidadania que está no mapa”, à ed. 27*)

Conteúdos antes restritos a bibliotecas, museus ou mesmo inacessíveis por falta de tradução podem ser encontrados por meio do sistema de *copyleft* – o termo surgiu nos anos 80 como um movimento contrário a restrições para o acesso ao código fonte dos programas de computadores. Hoje é entendido de forma mais ampla como cooperação

Ferramentas multimídia podem ser de grande valia para as sociedades ágrafas

e compartilhamento de informações, sem restrição à sua divulgação, desde que não seja simplesmente para fins comerciais, outra ferramenta de disseminar conhecimento e interação. Do ateliê na Vila Madalena, em São Paulo, Lúcia Rosa traduz as teorias de **Nicolas Bourriaud** e sua estética relacional no blog do Dulcinéia Catadora. O Dulcinéia é um coletivo de arte que reúne filhos de catadores de papelão da capital paulista, produzindo livros com a capa de papelão pintado pelos meninos-artistas e vendidos a R\$ 6 (*mais na seção Última da ed. 30*). A estética relacional de Bourriaud é fonte de inspiração para a convivência dos universos distintos que ali habitam – escritores latino-americanos, meninos-artistas, catadores de papelão que vendem a matéria-prima para os livros, artistas plásticos e colaboradores simpatizantes do projeto.

“É muito interessante como os grupos têm se apropriado das ferramentas dos blogs, porque, além de ser gratuitas, você pode agregar conteúdo e *layout* a seu critério, atualizar e alterar de acordo com sua necessidade e ainda se apropriar de códigos elaborados por outros”, pontua o professor Sérgio Amadeu. No caso do blog do Dulcinéia, Lúcia se apropriou de textos e entrevistas do artista plástico francês e os disponibiliza, em partes, no blog do projeto. O conteúdo interage com os participantes e oferece novidades

e refrescos de pensamento para os interessados em arte e ativismo, permitindo uso por outros movimentos ou coletivos. O curioso é que as traduções acabam por ser uma metalinguagem do próprio movimento de trocas, traduções e apropriações. Um trecho pescado do site www.dulcineiacatadora.blogspot.com: “O aumento das comunicações, viagens e migrações está afetando nosso modo de vida. Nossa vida diária consiste de deslocamentos em um universo caótico e lotado. Agora os artistas partem de um estado globalizado da cultura. Esse novo universalismo se baseia em traduções, legendas e dublagens generalizadas”.

Outro movimento que avançou na disponibilização de conteúdos inéditos foi o LGBT. No site www.ilga.org, um relatório traz a situação legal em relação à homossexualidade em todos os países que integram a ONU. Ali se pode saber, de qualquer lugar, a legislação de cada nação em relação ao tema, em inglês, espanhol, francês e português.

Amadeu pensa que o momento é propício a um novo ofício: animadores da rede ou andarilhos do ciberespaço. Pessoas que no mundo presencial estimulem e incentivem comunidades e grupos a aportarem seus conteúdos na internet, criando condições para que jovens que tenham aptidão possam

usufruir das ferramentas tecnológicas. A estes andarilhos também caberia separar o joio do trigo, apontando oportunidades e saberes confiáveis na rede mundial. “A cultura brasileira é muito rica e poderia ter uma presença muito maior na internet”, diz.

Em contraponto, o acesso à internet tem muito a evoluir. Esta é uma das queixas de Yáskara Guelpa, liderança da população cigana no Brasil. “Não somos usuários de internet, nosso mundo é outro. Muitas vezes os acadêmicos estabelecem um horizonte que é totalmente diferente da realidade.”

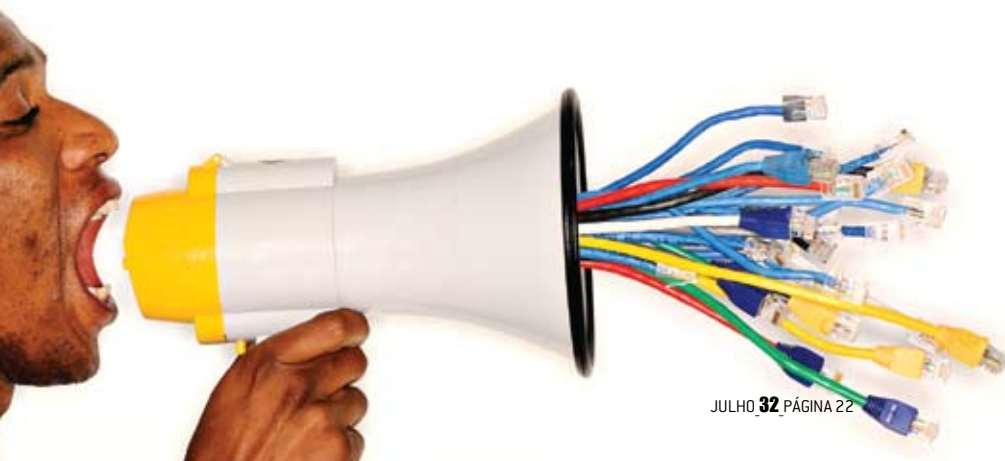
Os cerca de 600 mil ciganos, divididos em 15 etnias, que vivem no país ainda têm grandes problemas de inserção na sociedade, por preconceito e até romantismo em torno de sua cultura. Considerada comunidade tradicional, a população cigana está na fase de contabilizar e localizar seus grupos, uma realidade ainda distante da inclusão digital. O povo cigano, que saiu da Índia e percorreu vários países agregando culturas distintas ao seu modo de viver, está sendo mapeado no Brasil, enquanto povos indígenas e comunidades tradicionais como os quilombolas têm projetos apoiados pelo Ministério da Cultura na área digital. Uma característica especial dos ciganos é que possuem uma língua ágrafa, o **romanês**, ou **romani**.

Existem muitos dialetos ciganos, mas a raiz é o romanês e o fato de não ser uma língua escrita não impede a comunicação entre vários grupos e etnias, mas se torna um obstáculo para a inserção digital.

As novas ferramentas multimídia oferecidas na rede podem ser de grande valia neste caso, avalia Amadeu, porque reforçam a existência daquela cultura sem que se perca a característica da oralidade. “Com os *audiologs* e *videologs*, as culturas que não têm escrita, de comunidades tradicionais, podem se manifestar, ganhar nova existência, se reconfigurar na rede, ao mesmo tempo que reconfiguram a rede sem perder o que é essencial a eles.”

Relativo a um complexo de dialetos falados por ciganos de diferentes países e que genealogicamente pertencem à família indo-europeia, ramo indo-irânico, sub-ramo indo-árico, grupo sânscrito

Curador e crítico de arte francês, autor da publicação *Estética Relacional*, que se tornou referência no circuito internacional da arte contemporânea e trata do potencial da arte para transformar o espaço social e as relações humanas



O medo do homem diante da narrativa feminina

No ataque e na defesa, o discurso amoroso da mulher mimetiza a nossa arcaica linguagem. Mais que o avanço delas em todos os ramos, **a fala é que nos perturba**

O homem é a nova mulher. Poderia ser apenas um chiste do jornalista Alcino Leite Neto, editor de Moda da *Folha de S.Paulo*, mas o título diz muito mais sobre a nova postura feminina do que todas as nossas especulações psicanalíticas de botequim.

Pelo menos no discurso amoroso, não há dúvida, a fêmea se apropriou de vez da lengalenga dos marmanjos.

É, senhor Lacan, aquela velha história de que a mulher não existe, tua *boutade* mais famosa, está ficando *démodé*. A fala feminina, apesar dos pesares e do miserável trocadilho que só existe em língua portuguesa, é o falo que faltava para a existência plena das moças.

Elas estão podendo. Elas nos devoram, taradas e indiscretas tupinambás, nos traçam e espalham em todas as rodas sociais. O poder da fala e do gozo com a narração das aventuras.

A nós, homens, só resta uma constatação tipicamente feminina de invernos de outrora: “Você só quer me comer!”

A fala é o novíssimo falo do mulherio. A libido pode até ser comum de dois, mas ela é sobretudo feminina.

A fêmea goza, principalmente da nossa cara de machos perdidos na selva mais indômita.

No ataque e na defesa, o discurso amoroso da mulher mimetiza a nossa linguagem mais arcaica. **Sabe aquele manjadíssimo truque do “estou confuso etc.”, tão em voga como mal da boca masculina? Agora é arte da mulherada.** Sim, a enganação-mor, o clássico dos clássicos da nossa principal mentira agora é falado em outra língua.

“Estou confuso, não é culpa sua, você é ótima, mas acho que não vou lhe fazer bem neste momento, blá-blá-blá”. Era o que dizíamos para nos safar de alguns encurralamentos, para cair fora, para amaciar o adeus.

Já ouviram esse trágico fragmento, não é? Para completar a fraude sentimental, vinha sempre algo do naipe: “Você merece algo melhor!!!” O *copyright* tem a marca da nossa testosterona das antigas, mas agora quem canta a mesma bola são as formosas damas.

Mais do que o próprio novo comportamento e o avanço da mulher em todos os ramos, a fala é que nos incomoda e perturba o cocuruto. A conquista de uma narração desavergonhada, o sequestro dos nossos dizeres mais “podres” e imorais.

E já reparou, amigo, como elas contam suas jornadas sexuais? Parecem até que possuem pênis mesmo. Dão com a língua nos dentes. Melhor, batem o pau na mesa, para usar uma das nossas prediletas expressões de baixaria. **zz**





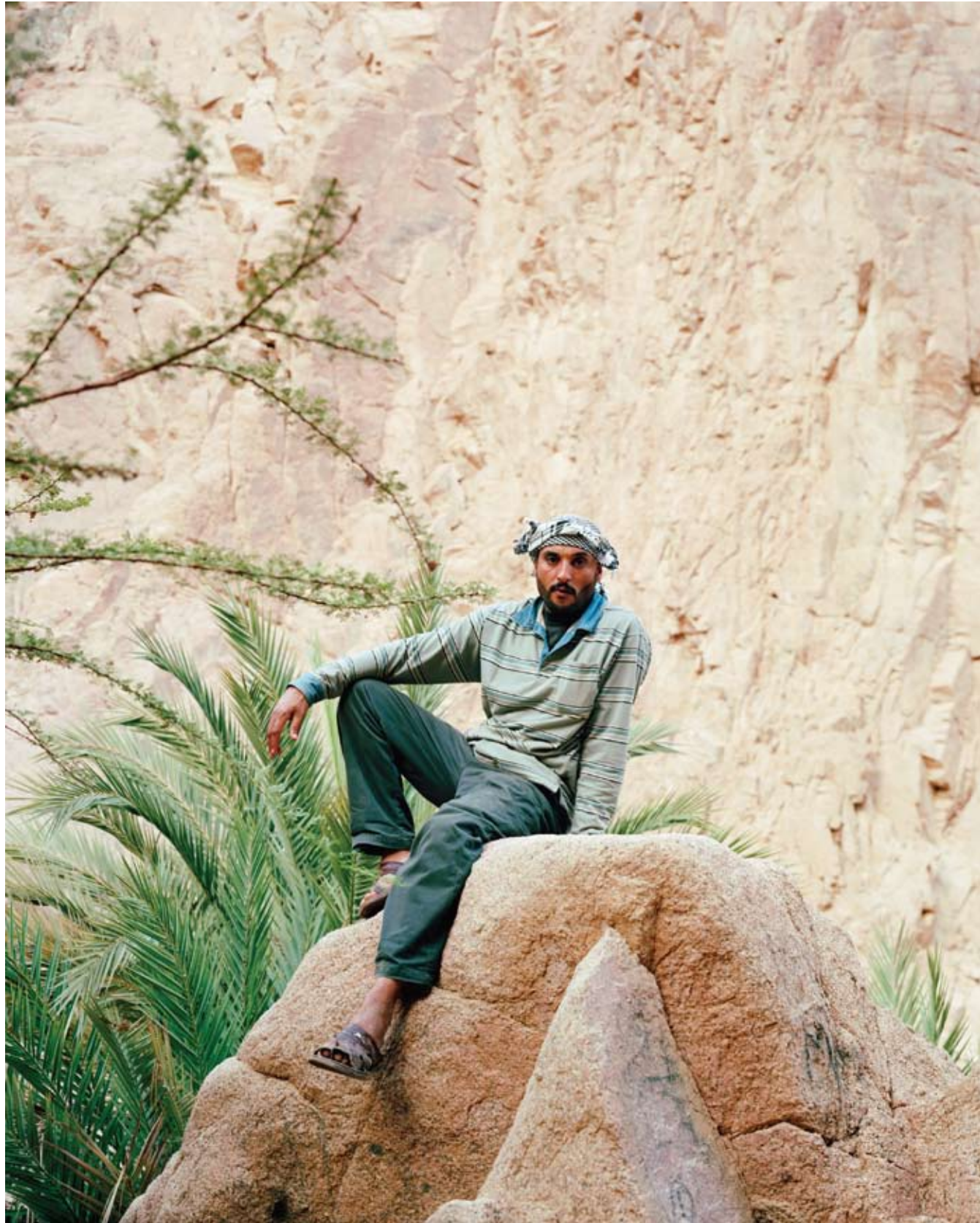
Homens na hora H

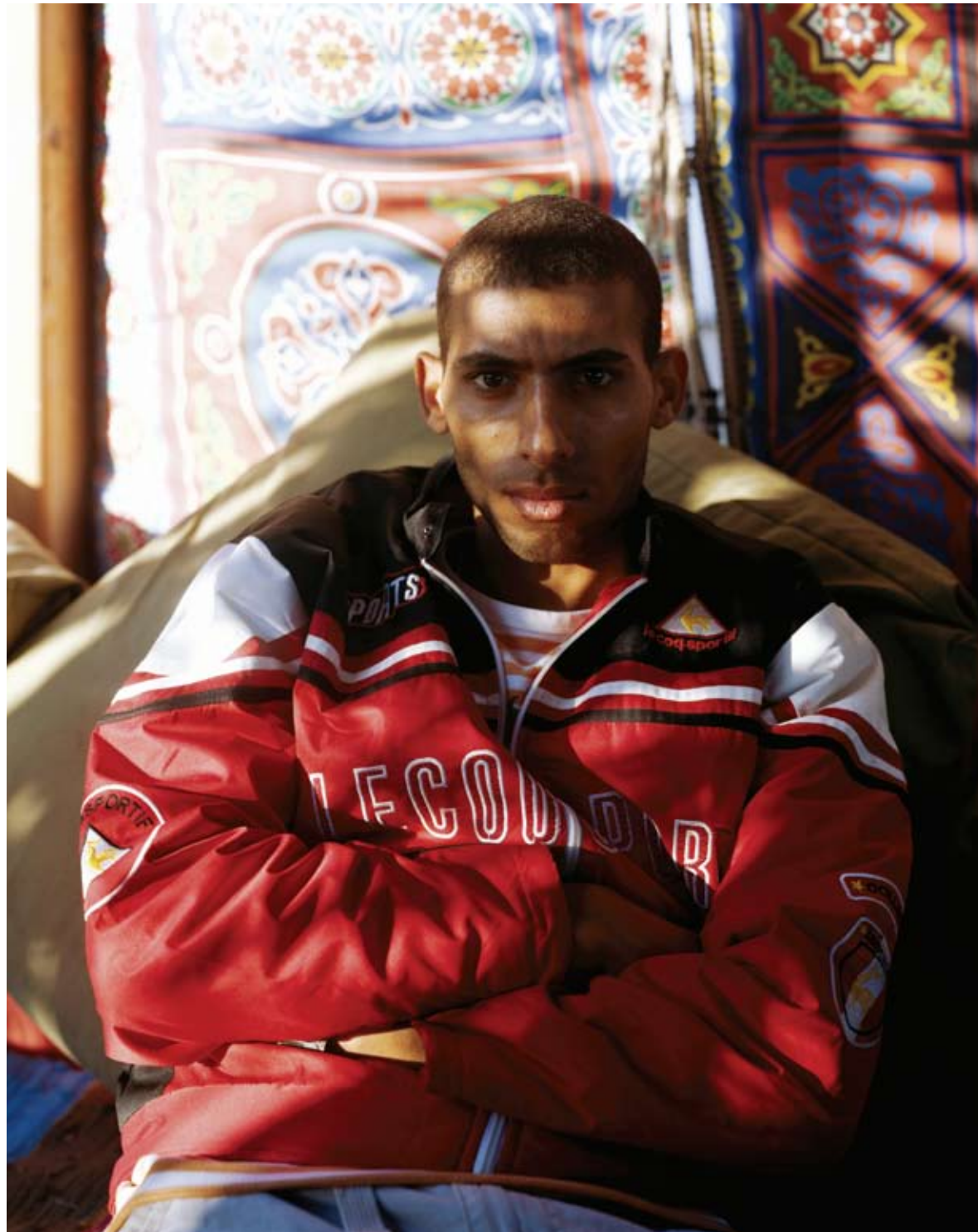
FOTOS Pedro Arieta

Os que vão ser pais pela primeira vez, os que estão terminando a faculdade, abrindo um novo negócio, prestes a se aposentar. Homens tentando ser homens da maneira possível. O fotógrafo Pedro Arieta, que retrata dezenas de mulheres durante o ano todo para a indústria da moda, partiu em busca dos homens e seus importantes momentos de vida em vários lugares do mundo. Uma forma de diálogo com ele mesmo. Todos os retratos são feitos com câmera 8x10, aquela gigante máquina que registrava no passado as famílias e suas efemérides. Debaixo do pano preto, Pedro retoma a cerimônia



da fotografia e pede que a pose seja a mais orgulhosa possível. “Como se fosse a última foto da sua vida, vamos lá!” A série ganhou o nome de *Reis* e, neste recorte de PÁGINA22, mostra moradores de Dahab e arredores, uma região específica da Península do Sinai, no Egito. “São homenagens a estes homens, desde amigos queridos a desconhecidos que partilham comigo suas histórias e me ouvem também.” É tanto tempo para ajustar a câmera antes do *click* que até cabe uma conversa. E cada retratado leva, depois, para casa, aquele instante em que mostrou como pode ser bom. [zzz](#)





Iguais

por Carolina Derivi



O reconhecimento das uniões homoafetivas segue a mesma trilha dos direitos civis, já percorrida por mulheres e negros no século XX. No Brasil, **casais gays são privados de pelo menos 37 direitos** e a luta nos tribunais preenche o silêncio do Legislativo



O professor universitário Lucas Morato começa a se despedir de Brasília e está de malas prontas rumo à Europa, onde vai morar a partir deste ano. A psicóloga e romancista Valéria Busin mora em Atibaia, no interior de São Paulo, e sonha em adotar uma criança. A jornalista fluminense Renata de Oliveira acumula um patrimônio conjunto de mais de uma década em uma união estável, conquistado a duras penas.

São histórias humanas comuns, que cotidianamente se deparam com exigências e implicações burocráticas, como bem sabem todos os brasileiros. Mas para eles há uma peculiaridade que altera completamente as regras do jogo. Lucas, Valéria e Renata são homossexuais e suas uniões afetivas com pessoas do mesmo sexo não são legalmente reconhecidas.

A homossexualidade é parte da natureza e da cultura humanas desde que o mundo é mundo. Há mais de 2 mil anos, o grego Aristófanes, um dos interlocutores de Platão no livro *O Banquete*, descreve o famoso mito dos andróginos que deu origem à noção de almas gêmeas. No começo, os seres humanos tinham duas cabeças e

Há pelo menos 17 mil casais gays dividindo o mesmo teto, diz o IBGE

oito membros, metade homem e metade mulher. Castigados pelos deuses, foram separados e condenados a vagar o mundo eternamente à procura da outra metade.

Mas o mito não para por aí. A versão verdadeira, e menos conhecida, descreve a existência de outros dois tipos humanos: os duplamente homens e os duplamente mulheres que, igualmente separados, procuram a sua metade não no sexo oposto, mas entre os iguais.

Colecionando os estigmas de pecado, doença, degeneração, promiscuidade e crime ao longo dos séculos, o “amor que não ousa dizer seu nome” deparou-se modernamente com os Estados Democráticos de Direito. Muito além da luta contra o preconceito e a discriminação - tarefa para gerações -, o questionamento é de ordem lógica: **se todos são iguais perante a lei, pode o Direito ignorar o fato social das uniões homoafetivas, enquanto confere proteção e deveres intrínsecos a todas as demais?**

Países como França, Canadá, Bélgica, Reino Unido, e a pioneira Holanda, consideram que não. Nem é preciso ir tão longe e abarcar apenas os países desenvolvidos. No ano passado, o vizinho Uruguai tornou-se o primeiro país latino-americano a equiparar os casais de mesmo sexo às uniões estáveis heterossexuais em nível federal. México e Argentina fizeram o mesmo, embora apenas nas capitais federais e em algumas províncias.

No Brasil, segundo levantamento realizado pelo IBGE pela primeira vez em 2007, há pelo menos 17 mil casais homoafetivos dividindo o mesmo teto. Esse dado refere-se apenas a uma parcela dos municípios brasileiros, que representa 60% da população recenseada naquele ano.

Se nos tempos atuais a formalidade do casamento sai de moda, a reivindicação de isonomia de direitos pelos gays pode parecer apenas simbólica. E é, mas

é também de ordem prática. Os movimentos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) (para entender as denominações, veja quadro na próxima página) calculam em 37 o número de direitos que são negados aos casais gays em comparação com a união estável heterossexual.

Dia a dia

Lucas Morato vive com um diplomata brasileiro que foi designado para trabalhar na Bélgica. Para poder acompanhá-lo e garantir o visto de residência, teve que se declarar, perante o Ministério das Relações Exteriores, como empregado doméstico do companheiro. Fosse uma mulher, teria direito ao passaporte diplomático.

“O que me revolta não é nem ter que ser escondido. É ter menos direitos do que as outras pessoas. Eu já pago tanto imposto...”, lamenta. E paga mesmo. Mais do que os heterossexuais que dividem suas vidas e contas, já que os casais gays não podem apresentar o parceiro como dependente no Imposto de Renda, ou fazer declaração conjunta, o que reduziria

o valor da contribuição.

Renata de Oliveira conhece essas limitações cotidianas há pelo menos treze anos, tempo que vive com Tatiana, no município de Cabo Frio (RJ). Ela sabe, por exemplo, da dificuldade de aprovar a sua renda combinada à da companheira na hora de conseguir um financiamento. Mesmo assim, as duas contribuíram para comprar os bens.

“A minha família é supertranquila (com relação à união), mas a família dela, não. Se ela morrer antes de mim, como é que fica o patrimônio? Temos medo”, diz Renata, que também já passou pela situação de não poder ficar com a parceira durante um período de internação hospitalar. Por não ser considerada da família, teve de se restringir aos horários de visita.

Todos esses riscos levaram Valéria Busin a assinar um contrato de convivência [1] com sua companheira, com quem vive há cinco anos. É uma alternativa que vem ganhando notoriedade entre os casais gays e, por ser uma simples declaração de vontade, não há nada que impeça de ser registrada em cartório. O gesto não

tem efeito legal, mas cumpre a função de prova, para futuras reivindicações judiciais.

TOME NOTA
1 A ONG Um Outro Olhar oferece o serviço de elaboração da declaração de união estável homoafetiva e registro em cartório. Para mais informações: (11) 3493.9680

“Uma amiga hétero precisou fazer uma declaração de união estável na mesma época que eu. A dela tem meia página. A minha, várias”, lembra Valéria. “Como não está previsto em lei, a gente tem que detalhar todas as possibilidades, se tiver que movimentar conta de banco, se pode doar órgãos, se eu estiver no hospital ela pode autorizar uma cirurgia ou uma transferência... Isso mostra o quanto a gente é cidadão de segunda classe.”

A batalha dos poderes

Enquanto a lei não vem, é no Judiciário que se constam os principais avanços. Valendo-se de analogias e dos princípios constitucionais de liberdade e igualdade, alguns juízes vêm concedendo o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul.

Desembargadora aposentada, a

Filhos e cônjuges são os herdeiros prioritários. Na ausência destes, os pais e, por fim, os parentes colaterais. À rigor, sem o status de união estável, o parceiro sobrevivente só pode receber metade dos bens do falecido, desde que esteja previsto em testamento

gaúcha Maria Berenice Dias é uma das pioneiras em decisões desse tipo. Hoje atua como advogada especializada em direito homoafetivo. Ela explica que uma das principais estratégias nesse segmento é insistir na vara de família. No passado recente, por falta de alternativas, casais gays foram aconselhados a firmar contratos de sociedades de fato, o que significa parceria comercial. “Só reconhecendo como família é que os direitos de separação, alimentos, permanência no país para estrangeiros, herança vão ser assegurados. Se você é sócio de alguém, não tem isso”, diz.

Não se sabe ao certo a dimensão das vitórias nos tribunais e o motivo é a dificuldade de se ter acesso à jurisprudência. Segundo Maria Berenice, que tenta formar uma rede de advogados especializados para suplantar a falta de informação, as páginas dos Tribunais de Justiça em todo País têm mecanismos de busca precários. E as decisões de primeira instância dificilmente ganham notoriedade. Isso dificulta muito o trabalho dos advogados, já que, na ausência de lei, a jurisprudência é tudo que se tem.

Virá do Supremo Tribunal Federal a decisão mais aguardada. Uma arguição proposta pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, propõe que se garantam aos parceiros dos servidores públicos o direito à pensão e demais

Falta de apoio institucional prejudica os movimentos organizados

benefícios. Para Maria Berenice, uma decisão favorável do STF influenciaria não apenas os demais tribunais, mas também o Legislativo, que paulatinamente perde poder, enquanto o Judiciário é obrigado a preencher a lacuna legal.

Desafio kafkiano

No Congresso Nacional, o projeto de lei que versa sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, de autoria de Marta Suplicy (PT-SP), está na gaveta – ou no armário – desde 1995. Um novo projeto, de José Genoíno (PT-SP), foi protocolado este ano e propõe um adicional ao Código Civil, declarando que união estável “é aplicável às relações entre pessoas do mesmo sexo, garantidos os direitos e deveres decorrentes”.

O deputado Jairo Paes de Lira (PTC-SP) é uma das vozes contrárias. Suplente do falecido deputado Clodovil Hernandez, propôs projeto de lei que visa garantir a exclusividade do casamento e das uniões estáveis a casais heterossexuais. Para ele, o casamento visa, entre outras coisas, a perpetuação da espécie, missão que os gays não podem cumprir. Apesar disso, Paes de Lira não se opõe à união de

homens e mulheres estéreis ou aos casais que decidem não ter filhos.

“As mesmas leis civis e penais que me protegem também protegem o homossexual”, acredita o deputado. “Essas legislações segmentadoras, que visam garantir o direito das minorias, logo mais vão constituir um *apartheid* social, criando focos de ódio.”

Desde os anos 1990, a resistência organizada a projetos de lei voltados para a comunidade LGBT vem das bancadas evangélica e católica. A senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto de lei que criminaliza a homofobia e estende à orientação sexual e à identidade de gênero a mesma proteção contra discriminação que abarca cor, credo e condição social, diz que não há ambiente de aprovação: “A influência religiosa tem sido muito forte. Essas pessoas são minoria, mas fazem um barulho ensurdecedor no ouvido de quem é favorável, isso de certa forma intimida. Eles se organizam, colocam voto em separado e se unem para adiar”.

O projeto é chamado por esse segmento de “lei da mordaca”. O que se argumenta é que a criminalização do preconceito manifesto pode ameaçar a liberdade de expressão daqueles que condenam a homossexualidade por convicção religiosa.

Dimitri Sales, chefe da Coordenadoria de Políticas da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo e mestre em Direito Constitucional, rebate: “Acima da liberdade de expressão está o respeito à dignidade da pessoa humana. O que o PL visa coibir é a incitação à violência e a discriminação”. O Deputado João Campos (PSDB-GO), líder da bancada evangélica na Câmara, foi convidado a comentar a atuação do grupo, mas até o fechamento desta reportagem não atendeu ao pedido de entrevista.

A resistência à criminalização da

homofobia também guarda relação com a ampla aceitação social da discriminação no Brasil. Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, no ano passado, revela que 28% dos brasileiros admitem ter preconceito contra a população LGBT. É uma marca alta, se comparada aos 4% que confessaram preconceito racial em pesquisa realizada pela mesma entidade, em 2003.

Íntimo e coletivo

Para a antropóloga Regina Facchini, coautora do livro *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*, as organizações representativas têm grande dificuldade de ser reconhecidas como movimentos sociais legítimos. “Tem uma parcela grande da sociedade brasileira que considera homossexualidade uma questão de foro privado, uma escolha do sujeito. Essas mesmas pessoas vão dizer que o governo não tem que se preocupar, é um problema dos homossexuais.”

O movimento homossexual, hoje LGBT, surge no Brasil, no final dos anos 70, na esteira da luta pela redemocratização, na qual se encontraram diversas minorias. A partir dos anos 90, esses grupos passam pelo mesmo processo de institucionalização e profissionalização que deu origem às ONGs, mas sem nunca desfrutar da mesma estrutura que outras causas sociais e ambientais.

Franco Reinaldo, chefe da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual da Prefeitura de São Paulo (Cads), considera que isso está diretamente associado à discriminação e ao preconceito: “A maioria das associações, por uma questão de sobrevivência, ou são apoiadas pelo governo ou por entidades internacionais. E com grande dificuldade. É muito mais fácil apoiar as questões de ecologia, das crianças, dos idosos. A gente é o último da fila”.

Um dos melhores indicadores dessa realidade são as paradas do orgulho LGBT. O que para alguns não passa de um carnaval fora de época, para a militância gay é a expressão máxima da visibilidade, pré-requisito de força política.

Léxico Gay

CONHEÇA A DIVERSIDADE DOS ATORES LGBT E OS TERMOS ADEQUADOS

ORIENTAÇÃO SEXUAL - O termo visa se opor a denominações como “escolha” ou “opção” sexual, que historicamente deram margem à condenação e a tentativas de reformar os indivíduos. Embora não haja consenso científico sobre quais fatores são determinantes para a sexualidade, o que se sabe é que a orientação não pode ser escolhida ou alterada.

IDENTIDADE DE GÊNERO - É o gênero pelo qual o indivíduo se reconhece e que às vezes pode ser contrário ao gênero biológico. Não diz respeito à sexualidade. Uma pessoa do sexo masculino que se considera mulher não necessariamente terá orientação sexual voltada para homens.

TRAVESTIS - Pessoas do sexo biológico masculino, mas que têm identidade de gênero feminina, independentemente de cirurgia adaptativa. Não se confundem com artistas homens que realizam performances como *drag queens*, incorporando um personagem. Tratá-las por “a” travesti e pelo nome feminino de escolha é um gesto de respeito.

TRANSEXUAIS - Pessoas que passam pela cirurgia de redesignação sexual, que adapta o sexo biológico ao gênero psicológico.

HOMOSSEXUAIS - Pessoas que têm orientação sexual e afetiva voltada para outras pessoas do mesmo sexo, normalmente designados como gays e lésbicas. Termos como “bicha” e “sapatao”, bem como os diminutivos “sapata” ou “sapa”, foram incorporados pela própria população LGBT como forma de esvaziar seu conteúdo pejorativo. Geralmente, não são considerados ofensivos, mas isso depende da pessoa e do contexto.

O evento do ano 2000, em São Paulo, é considerado “a parada da virada”, quando mais de 100 mil pessoas comparecem à Avenida Paulista. Para Reinaldo, não é coincidência que, a partir daquele ano, começaram a surgir as primeiras políticas públicas e órgãos governamentais especializados. A Cads, por exemplo, nasceu em 2001. “A partir de 2000, o que muda é: ‘Essas pessoas existem’.”

Mas a trajetória nem sempre foi cor-de-rosa. Alexandre Santos, presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT, lembra que o evento já sobreviveu à base de vaquinhas e rifas, além de algum apoio por parte de ONGs e empresas especializadas no mercado GLS.

Em 2004, quando a parada de São Paulo atinge mais de 1 milhão de participantes e passa a ser considerada a maior do mundo, a associação estava à beira da bancarrota, com um déficit de R\$ 350 mil. Enquanto isso, o mesmo evento em San Francisco (EUA) contava com patrocinadores como Bank of America, Pepsi e MasterCard.

Só a partir de 2007, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras se tornaram os

primeiros patrocinadores oficiais. Hoje, a conta do arco-íris entrou no azul, e a associação realiza não apenas a parada como também uma série de outros eventos e debates voltados para a promoção da cidadania LGBT. Segundo Santos, ainda hoje os organizadores trabalham em caráter voluntário, o que também é a realidade de grande parte dos grupos de militância.

Para Regina, um dos aspectos mais interessantes da celebração do orgulho LGBT no espaço público é a aproximação dos diferentes: “Se há um espaço social que é marcado por uma categoria estigmatizada de pessoas, e se pessoas que não são estigmatizadas adentram esse espaço, está se operando uma mudança muito significativa”, diz. “Festa e política se encontram perfeitamente.”

É um lembrete de que o respeito à diversidade e à igualdade de direitos pode e deve ser encampada por toda a sociedade. Como diz Dimitri Sales: “Quando a gente fala em defender a cidadania LGBT, estamos falando em defender a cidadania brasileira. Se não houver respeito para um, não haverá para ninguém”. ■



A inevitável adaptação

Eventos extremos despertam o Brasil para um dos primos pobres da Convenção do Clima.

A área científica sai na frente

Seca na Amazônia e no Pantanal, inundações em Santa Catarina, no Norte e no Nordeste, veranicos que prejudicam lavouras no Centro-Sul. Ainda não há elementos para afirmar categoricamente que o aquecimento global provocou os eventos climáticos extremos que vêm sacudindo o Brasil. Mas ao menos estes foram suficientes para atrair a atenção pública para um dos primos pobres das negociações climáticas, o tema da adaptação às mudanças climáticas, um dos quatro eixos centrais do Plano de Ação de Bali – aprovado na 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática (COP-13).

Marginalizado nas negociações da Convenção do Clima, o tema da adaptação era ignorado mais ainda no Brasil, que aparentemente não apresenta riscos tão iminentes e catastróficos como os que assombram o continente africano, países pobres do Sul da Ásia e países-ilhas, já duramente afetados por secas e inundações.

Estudos divulgados nos últimos dois anos, porém, mostram que há motivos de sobra para acender o sinal amarelo no País. Cenários projetados pelas pesquisas apontam a diminuição da oferta de água para o abastecimento e a geração elétrica e da área favorável aos principais cultivos agrícolas, como bem sintetiza a edição de dezembro de 2008 da revista *Parcerias Estratégicas* [1], do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).



TOQUE NOTA

1 A edição também traz artigos sobre impactos, vulnerabilidades e adaptação em floresta, agropecuária, biodiversidade, energia e recursos hídricos, saúde humana, cidades, zona costeira e o Semiárido (www.cggee.org.br/parcerias/p27.php)

Se na área científica a preocupação com vulnerabilidade e adaptação no Brasil já mobiliza dezenas de instituições, nos governos e na sociedade a movimentação em torno do assunto ainda é letárgica. Mais uma vez, a ciência caminha muito à frente da área política, que patina em declarações genéricas sobre o assunto e ainda não produziu ao menos o esboço de um plano nacional de adaptação.

"O Brasil está praticamente no zero nessa questão", lamenta Márcio Santilli, coordenador de mudanças climáticas do Instituto Socioambiental (ISA). Embora reconheça que estão em curso projetos de pesquisa relevantes

a respeito do tema, ele critica a falta de uma estratégia nacional, com diagnóstico das principais vulnerabilidades e um plano para o País enfrentá-las.

Lógica perversa

Fazer a lição de casa também ajudaria o País a ter voz mais ativa nas negociações sobre adaptação na Convenção do Clima. Como assinala uma fonte do governo federal, que preferiu não se identificar, o Brasil precisa desempenhar papel de maior liderança no processo, ao lado de Índia, China e África do Sul, para fortalecer as demandas dos países-ilhas, dos africanos e das nações do grupo LDC (menos desenvolvidas, na sigla em inglês), onde se situam as regiões mais vulneráveis do planeta ao aquecimento global.

"Há uma lógica perversa nas negociações climáticas. Os mais pobres são os mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas,

causadas sobretudo pelas emissões históricas do mundo rico. Mas têm maior dificuldade de acessar recursos e não possuem condição institucional adequada para executar seus planos", comenta a fonte do governo.

Segundo Carlos Nobre, coordenador do Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os países menos desenvolvidos da

África e do Sul da Ásia, que possuem perto de 1,3 bilhão de habitantes, respondem por apenas 2,6% de todos os gases-estufa emitidos historicamente. "São esses países que sofrerão – e já estão sofrendo – as mais graves consequências das mudanças climáticas. Isso apresenta um dilema ético sem precedentes em termos de número de pessoas afetadas", diz Nobre.

Passos importantes para internalizar o tema na agenda climática brasileira foram o lançamento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em dezembro de 2008, e a aprovação no início de junho de 2009 da lei que instituiu a política sobre mudanças climáticas na cidade de São Paulo. Os dois instrumentos incluem diretrizes de adaptação, como a implementação

de um sistema de alerta precoce de secas na Defesa Civil e a recuperação de várzeas na capital paulista, para minimizar riscos de enchentes. No entanto, quase nada se fez para pôr em prática ações de adaptação previstas no Plano Nacional, que, como observa Nobre, coloca maior ênfase na mitigação de emissões.

Setores do governo federal defendem uma conduta mais cautelosa no assunto. Antes de avançar no desenho de medidas de adaptação, preferem esperar pela conclusão de estudos com projeções mais confiáveis sobre o comportamento do clima em diferentes regiões. O argumento nesse caso é o de que o País pode desperdiçar dinheiro em ações definidas com base em grau ainda elevado de incerteza científica.



No entanto, uma das principais autoridades em clima na ciência brasileira rema no sentido inverso. Para o cientista do Inpe, não é necessário ou desejável ter certeza absoluta sobre cenários de mudanças climáticas futuras para agir no terreno da adaptação em regiões como o litoral. "O nível do mar estará em elevação por séculos. Mesmo não sendo possível projetar precisamente a trajetória temporal dessa elevação, o desenvolvimento de planos de adaptação para as zonas costeiras é mandatário já a partir do presente."

Na dianteira

Na falta de esforço integrado no governo federal em torno do eixo da adaptação, cada ministério segue rumo próprio. O MCT, por exemplo, atua em três frentes: participação nas negociações da convenção do clima, formulação de políticas e fomento à produção científica. Na esfera das políticas, cinco oficinas foram realizadas de março a junho deste ano, com a participação de representantes de órgãos públicos, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e entidades do setor privado.

Simulações sofisticadas efetuadas no computador que combinam dados para produzir projeções sobre o clima da Terra.

Promovidas pelo CGEE, as oficinas recolheram sugestões para a elaboração de políticas de ciência, tecnologia e inovação referentes a vulnerabilidades, impactos e adaptação às mudanças climáticas. Tendo como subsídio a edição de dezembro da revista *Parcerias Estratégicas*, do CGEE, as oficinas trataram dos temas de agropecuária (Brasília), recursos hídricos e energia (São Paulo), zonas costeiras, áreas urbanas e saúde (Rio de Janeiro), florestas e biodiversidade (Brasília) e Semiárido (Recife). Na frente científica, a demanda é pela produção de mapeamentos mais detalhados e regionalizados sobre as vulnerabilidades do País. Por serem globais, os **modelos climáticos** do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) têm baixa resolução. É como se estivéssemos observando uma imagem muito distante. Quanto mais nos aproximamos (resolução mais alta), mais detalhes percebemos naquela mesma imagem.

Um dos projetos nessa linha será o mapeamento de vulnerabilidades nas áreas de agricultura, desertificação, energia e saúde, que deverá começar até o fim deste ano. Como explica Haroldo Machado Filho, assessor especial da Coordenação-Geral de Mudança Global do Clima, do MCT, que

organiza o trabalho, os modelos globais geram informações conflitantes nos cenários futuros para o regime de chuvas e a temperatura. Com os resultados, que devem estar prontos ao longo de 2010, será possível formular planos de adaptação menos custosos, pois baseados em projeções mais seguras, conta Machado Filho. O MCT recebeu doação para o projeto de quase US\$ 600 mil do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Segundo Nobre, do Inpe, mais de 70 instituições nacionais estão elaborando 26 estudos integrados – com equipes multidisciplinares – sobre mitigação, impactos, vulnerabilidade e adaptação, sob o guarda-chuva da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas (Rede Clima), do MCT. Nos Estados, há iniciativas de destaque, como o Programa Fapesp de Pesquisas em Mudanças Climáticas Globais, além de programas similares no Amazonas e em Pernambuco.

Enquanto os cientistas se mexem, o projeto de lei que estabelece a política nacional de mudanças climáticas não sai das gavetas do Congresso Nacional. O projeto contempla a adaptação em vários de seus artigos e nortearia estados e municípios na execução de políticas para o tema. Mas, como adverte Santilli, do ISA, o tema da adaptação não ficou de escanteio somente na agenda de governos e parlamentares. Boa parte das ONGs ambientalistas mais influentes, empresas e mídia também cochilou no assunto e agora desperta para a urgência do assunto em suas agendas climáticas. [2] ▶

TO ME NOTA
2 Para mais informações sobre vulnerabilidade e adaptação, acesse:
www.climaagricultura.org.br
www.economiaoclima.org.br
<http://unfccc.int/resource/docs/publications/impacts.pdf>
www.unccd.int/publicinfo/factsheets/pdf/adaptation_eng.pdf

José Alberto Gonçalves é jornalista

Mão fechada

Fundo de Adaptação provê menos de 2% dos recursos necessários

Uma das árduas batalhas da COP-15 em Copenhague será negociar compromissos mais ambiciosos de apoio financeiro e tecnológico dos países ricos aos países em desenvolvimento com maior vulnerabilidade às alterações climáticas, para ações de adaptação. O secretariado da Convenção do Clima calcula em pelo menos US\$ 100 bilhões o montante anual para as nações em desenvolvimento executarem medidas como construção de diques para contenção de enchentes, realocação de moradias, recuperação florestal em encostas de morros e melhorias genéticas e tecnológicas na agricultura.

Criado na COP-7, realizada em 2001 em Marrakech (Marrocos), o fundo começou a operar este ano (www.adaptation-fund.org/)

Até o momento, contudo, a carteira do **Fundo de Adaptação** do Protocolo de Kyoto, que começa a operar este ano, está a anos-luz das necessidades do mundo em desenvolvimento. O mecanismo é alimentado pelo repasse de 2% dos créditos de carbono emitidos pela ONU para os projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) ao Banco Mundial, administrador dos recursos do fundo. Os créditos são vendidos no mercado de carbono pelo banco, que repassa o dinheiro ao fundo, voltado para o financiamento de projetos dos países em desenvolvimento.

Levando em conta que o Conselho do MDL emitiu até meados de junho quase 300 milhões de reduções certificadas de emissões (RCEs) desde 2006, quando o MDL começou a funcionar, em tese o

fundo contaria com aproximadamente 60 milhões de euros (US\$ 84 milhões) – caso os créditos fossem vendidos a 10 euros a tonelada, valor próximo ao das cotações de mercado no mês passado.

Na hipótese mais otimista do secretariado da Convenção, o fundo arrecadaria no máximo US\$ 300 milhões anuais entre 2008 e 2012, caso houvesse uma reação espetacular nas cotações das RCEs.

"Há um reconhecimento geral de que os 2% são bastante insuficientes", assinala Haroldo Machado Filho, assessor especial da Coordenação-Geral de Mudança Global do Clima, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Na arena de Copenhague, o Brasil vai brigar pela inclusão no Fundo de Adaptação de parte do dinheiro dos negócios dos outros dois mecanismos instituídos em Kyoto para viabilizar a redução nas emissões dos países do Anexo 1 da Convenção do Clima – o comércio de emissões e a Implementação Conjunta.

Mesmo assim, a reserva de 2% das permissões (*allowances*, no jargão de Kyoto, equivalentes a uma tonelada de CO₂

cada uma) para o fundo não resultaria em mais que US\$ 4 bilhões no período de 2008 a 2012. Seria uma cifra bem melhor que o US\$ 1,5 bilhão do aporte total do fundo no cenário mais otimista previsto pela ONU com o dinheiro das RCEs. Mas ainda muito longe do necessário.

Diante da dificuldade de ampliar as fontes no Protocolo de Kyoto, o Brasil discute com outros países em desenvolvimento a criação de um mecanismo financeiro na Convenção do Clima e o estabelecimento de obrigações de apoio financeiro e tecnológico para as nações ricas. Os novos mecanismos seriam acessíveis a qualquer país em desenvolvimento, mas a ajuda seria dada prioritariamente aos países menos desenvolvidos, às nações africanas e aos países-ilhas, que correm os riscos mais graves e iminentes. ▢



Por um mundo eclético

O mineiro Leo Brizola é um inquieto antropófago, no melhor sentido do termo: “Eu me alimento de toda a história da arte. Com uma herança dessas, que vai de arte africana, chinesa, o Barroco, o Renascimento... Como é que você fica numa coisa só?” Não fica.

E o artista, cuja marca estilística é combinar elementos clássicos e mitológicos com motivos contemporâneos, já passou também pela diversidade de técnicas: do bordado ao grafite.

Na obra acima, em tinta acrílica, representa o mito grego de

Ganimedes, ao mesmo tempo humano e divino, homem e mulher. Nas mãos, a vasta simbologia que o coloca entre o Céu e o Inferno e que, numa leitura pós-moderna, remete ao espírito irreverente e contestador do *rock'n'roll*. [wa](#)

SERVIÇO: *Exposição:* Leo Brizola apresenta Por um Mundo Eclético
Onde: no espaço Casarão Brasil, em São Paulo. Rua Frei Caneca, 1.057
Quando: De segunda a sexta, das 11h às 17h, até 31 de julho

É NO **FUTURO** QUE VOCÊ VAI PASSAR O RESTO DA SUA VIDA.



CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE HUMANA EM ÁREAS CONTAMINADAS E PRODUÇÃO MAIS LIMPA.

- Foco na prática, vivência profissional e empreendedorismo.
 - Conceitos atualizados e inovadores.
 - Formação de profissionais com visão crítica.
 - Formação dirigida para o gerenciamento ambiental e domínio de suas ferramentas.
 - Preparo para atuar em empresas privadas, públicas e órgãos especializados.
- Centro Universitário Senac. Reconhecido pelo MEC como o 2º melhor no Estado de São Paulo e o 9º no país. Inscrições abertas.

PÓS-GRADUAÇÃO É NO SENAC.

A gente faz diferente hoje para você fazer diferença amanhã.

Centro Universitário Senac: São 30 títulos em Graduação, 59 títulos em Pós-graduação e 151 títulos em Extensão Universitária. Cursos presenciais na capital e no interior do Estado de São Paulo e cursos a distância. 0800 883 2000 www.sp.senac.br/posgraduacao



Itaú Unibanco: o banco mais sustentável em mercados emergentes pelo Financial Times Sustainable Banking Awards.

Pensar grande é abraçar a ideia de um mundo sustentável.



O Financial Times Banking Awards é uma premiação organizada pelo conceituado jornal inglês Financial Times e pelo IFC - International Finance Corporation, braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado. O Itaú Unibanco acaba de ser escolhido o banco mais sustentável do ano na categoria "mercados emergentes". Esse prêmio é o reconhecimento do compromisso do banco com o desenvolvimento sustentável do seu negócio e da sociedade. Itaú Unibanco. Um banco único feito para você.

